



### Palestra ética a novos médicos

Devido ao grande número de novos médicos, o CRM-PR tem realizado reuniões éticas semanais para entrega de carteiras na Sede em Curitiba. Também houve entrega de documentos nas Regionais de Londrina, Maringá, Cascavel e Santo Antônio da Platina. **Página 4**



J O R N A L D O

# CRM PR

Informativo do Conselho Regional  
de Medicina do Paraná

Ano IX • N.º 71

Janeiro a Março / 2006

[www.crmpr.org.br](http://www.crmpr.org.br)

e-mail: [jornal@crmpr.org.br](mailto:jornal@crmpr.org.br)

Endereço para devolução:

Rua Victório Viezzer, 84. Vista Alegre. Curitiba-PR.

80810-340

## Formação médica em xeque no país líder no número de escolas

A educação e formação médica têm polarizado a atenção das instituições representativas, que centram seu temor sobretudo no descontrolado processo de abertura de escolas – foram 55 a partir de 2000 – e que colocam o Brasil em primeiro lugar no ranking mundial. São 154 cursos e que oferecem 13.485 vagas. Se tal preocupação já se justificava pelo recrudescimento preocupante de denúncias de má-prática médica, agora vem ganhando contornos ainda mais marcantes com a multiplicação de médicos estrangeiros e brasileiros graduados fora do País, cuja formação pode ser medida pelo baixíssimo número de diplomas revalidados. O I Encontro dos Conselhos de Medicina, realizado em Brasília, colocou em destaque a qualidade do ensino médico e a importância da atualização permanente.

**Páginas 2, 8, 9, 10 e 11**



Gerson Zafalon (ao centro) anunciou no Encontro dos Conselhos a iminente implantação de projeto de educação a distância do CFM, com uso de banda-larga, que deve favorecer os médicos de todas as regiões do País.



Presidente do CFM (ao centro) abriu o debate sobre formação médica, que teve como palestrantes Alceu Pimentel, Ricardo Martins, Milton Arruda e Ronaldo Rocha Loures Bueno.

### Alerta I

Indicação de estabelecimentos farmacêuticos

**Página 3**

### Alerta II

Propaganda médica irregular

**Página 3**

### Bioética

Programa de Formação Continuada

**Página 7**

### Educação

Programa de telepatologia terá 8 edições

**Página 16**

# Fortalecendo a educação médica

O I Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina de 2006, recém-realizado em Brasília, consagrou mais uma vez a parceria existente entre as entidades e abriu espaço para contribuições de melhorias no desenvolvimento dos trabalhos conjuntos, com destaque para duas ações: o fortalecimento da educação médica continuada e da fiscalização. Mais que isso, da integração de todos os Conselhos Estaduais - sob o testemunho de nossa parceira AMB - renovamos as diretrizes permeadas nesta década e que visam a superação dos grandes desafios presentes na formação médica, no exercício da profissão e na atenção à saúde da população. Um trabalho muito proveitoso.

Se por um lado pudemos observar os significativos avanços decorrentes da mobilização das entidades médicas, de outro temos de nos debruçar à realidade de que há muito por fazer e que esta é uma missão que deve envolver todos os médicos, coletiva e individualmente. Este 2006 tende a ser um marco histórico da atividade médica no Brasil, se cumpridas as projeções de tudo o que temos semeado.

Vislumbramos a regulamentação das competências médicas, com aprovação da Lei do Ato Médico, a consolidação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos no âmbito da saúde suplementar, o basta à proliferação de escolas médicas descompromissadas com qualidade e aspectos sociais, o fiel cumprimento das normas vigentes no que se refere à revalidação de diplomas obtidos no Exterior, a implantação do Plano de Carreira no SUS e outras ações que conjuguem valorização profissional, condições adequadas de trabalho e alinhamento perene aos preceitos éticos da Medicina, sem contar a atenção devida aos hospitais universitários, a regulamentação da EC 29 e a remuneração condigna dos serviços de saúde prestados ao setor público.

O II Encontro dos Conselhos de 2006 foi marcado para o

período de 13 a 15 de setembro, em Manaus (AM). Até lá, pretendemos ter mudado em muito o cenário atual e oferecido novas perspectivas ao médico, em especial no incremento das atividades de educação continuada, adequadas não só ao recém-inaugurado processo de atualização profissional para os portadores de títulos de especialistas e certificados de área de atuação. Estamos desenvolvendo um projeto inovador de educação médica, com uso da Internet e que até o final do ano pode se transformar numa ferramenta utilíssima ao profissional, sobretudo àqueles que atuam fora dos grandes centros e encontram sérias dificuldades em atualizar seus conhecimentos. Esta é somente uma das vertentes do conjunto de iniciativas que tendem a refletir também no processo de interiorização do médico. O profissional precisa de segurança para aceitar o desafio de atuar nas pequenas municipalidades.

Tivemos três dias de trabalho intenso, com tempo para observarmos a grande evolução na relação judicante e na qualidade dos julgamentos. O ponto alto, contudo, foram os debates em torno dos temas de relevância para a profissão médica. O assunto inaugural foi o da formação, com todos os desdobramentos previsíveis. É preocupante a liderança alcançada pelo Brasil: o país com o maior número de escolas médicas do Planeta. São 154, 55 delas nascidas nesta década, muitas das quais emergindo logo após a "moratória" decretada pelo Ministério da Educação sob a pressão das entidades médicas. Temos hoje mais cursos que a China, embora com uma população quase 10 vezes menor. São mais de 13 mil vagas a cada ano e que nos exigem, inclusive, repensar a estrutura da residência médica.

Ao coordenar mesa-redonda sobre o tema "Médico: garoto propaganda da indústria farmacêutica?", tivemos mais uma oportunidade de refletir sobre a ética na prescrição e na conduta médica. Sempre trabalhamos contra os incentivos da indústria

farmacêutica. A Resolução CFM 1.595/2000 proíbe a vinculação da prescrição médica ao recebimento de vantagens materiais oferecidas por agentes econômicos. Assim, o médico precisa trabalhar contra tais incentivos para não perder sua autonomia e neutralidade em relação ao paciente. Ao tratarmos da ética médica e o patrocínio de eventos médicos, igualmente brotou o conflito de objetivos entre a Medicina, que prima pela tradição humanística, e a indústria, preocupada com o lucro. Consensamos que uma solução seria a de que os congressos se autofinanciassem. A dificuldade está no aporte de novas terapêuticas, no agigantamento dos eventos que se transformaram em espetáculos sociais e os custos avolumados dos eventos. A origem dos patrocínios está nos fármacos, área de órteses e próteses, equipamentos e serviços. Precisamos reagir à exposição da população à propaganda abusiva e enganosa. Outra discussão profícuca envolveu o tema "Plantão Médico - realidade desta atividade profissional". Debates de legislação existente sobre os plantões presenciais e de sobreaviso, além do projeto de Lei 6172/05, de autoria do deputado Marcos Abramo (PP-SP), que proíbe o trabalho ininterrupto de médicos em regime de plantão presencial por mais de 12 horas. Mereceu atenção a Resolução CFM 1.451/95, que estabelece estruturas para prestar atendimento nas situações de urgência/emergência, nos pronto-socorros públicos e privados. As sugestões enviadas pelos Conselhos de Regionais de Medicina sobre plantão médico permitirão a sua normatização, valorizando o trabalho médico e o atendimento dos pacientes. Por fim, pudemos fazer nova reflexão sobre a pesquisa do CFM, sobre o perfil do médico brasileiro, o que nos estimula a "arregaçar as mangas" e prosseguir nossa missão em defesa do médico e da sociedade.

**Cons. Gerson Zafalon Martins,**  
Presidente em Exercício do CRM-PR

e x p e d i e n t e

CRM PR

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Paraná

**Conselho Editorial:** Gerson Zafalon Martins (coordenador) Hélcio Bertolozzi Soares, Donizetti D. Giamberardino Filho, Luiz S. Emed, Ehrenfried O. Wittig, João Manuel C. Martins e Hernani Vieira.  
**Diretoria - Presidente:** Cons. Hélcio Bertolozzi Soares (licenciado) / **Presidente em exercício:** Cons. Gerson Zafalon Martins / **Secretário-Geral:** Cons. Donizetti D. Giamberardino Filho / **1.º Secretário:** Cons. Miguel Ibraim Abboud Hanna Sobrinho / **2.º Secretário:** Cons. Luiz Sallim Emed (licenciado) / **Tesoureiro:** Cons. Carlos Roberto Goytacaz Rocha / **Tesoureiro-Adjunto:** Cons.ª Ewolda Von Rosen Seeling Stahlke / **Corregedor:** Cons.ª Raquela R. Burkiewicz **Corregedor-Adjunto:** Cons. Zacarias Alves de Souza Filho.

**Conselheiros Gestão 2003/2008**

Alexandre Gustavo Bley, Antonio Techy, Carlos Edmundo Rodrigues Fontes, Carlos Ehleke Braga Filho, Carlos Puppi Busetti Mori, Carlos Roberto Goytacaz Rocha, Célia Inês Burgardt, Donizetti Dimer Giamberardino Filho, Edgard Luiz Westphalen, Ewolda Von Rosen Seeling Stahlke, Fernando Meyer, Gerson Zafalon Martins, Hélcio Bertolozzi Soares, Hélio Delle Donne Júnior, Joachim Graf, José Luis de Oliveira Camargo, Kemel Jorge Chammas, Lucia Helena Coutinho dos Santos, Luiz Antonio de Melo Costa, Luiz Ernesto Pujol, Luiz Sallim Emed, Marcelo da Silva Kaminski, Marco Antonio do Socorro M. Ribeiro Bessa, Marcos Flávio Gomes Montenegro, Marília Cristina Milano Campos, Mário Sival, Marta Vaz Dias de Souza Boger, Mauri José Piazza, Maurício Marcondes Ribas, Miguel Ibraim Abboud Hanna Sobrinho, Monica de Biase Wright Kastrop, Paulo Roberto Mussi, Raquela Rotta Burkiewicz, Roberto Bastos da Serra Freire, Romeu Bertol, Roseni Teresinha Florencio, Sérgio Maciel Molteni, Sérgio Ossamu Ioshii, Wadir Ruppulo (falecido), Wanderley Silva, Wilmar Mendonça Guimarães e Zacarias Alves de Souza Filho.

**Membros Natos**

Dr. Duilton de Paola, Dr. Farid Sabbag, Dr. Luiz Carlos Sobania, Luiz Sallim Emed e Donizetti Dimer Giamberardino Filho

**Consultor Jurídico:** Antonio Celso Cavalcanti de Albuquerque**Assessores Jurídicos:** Afonso Proença Branco Filho e Martim Afonso Palma**Médicos Fiscais:** Dr. Elisio Lopes Rodrigues e Dr. Paulo César Aranda

**Sede - Curitiba / Regionais da Saúde Estadual: Curitiba / Curitiba Norte / Curitiba Sul / Paranaguá**  
Rua Victório Viezzer, 84, bairro Vista Alegre / 80810-340 - Curitiba - PR / Fone: (0xx41) 3240-4000 / Fax: (0xx41) 3240-4001 - e-mail: crmpr@crmpr.org.br

**Delegacia Regional de Apucarana**

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 510 - sala 502 / Edifício Palácio do Comércio - Centro / 86800-720 - Apucarana-PR / Fone: (0xx43) 3424-1417 / e-mail: apucarana@crmpr.org.br

**Diretor Regional:** Dr. José Marcos Lavrador**Delegacia Regional de Campo Mourão**

Av. Capitão Índio Bandeira, 1400 sala 412 - Centro / 87300-000 - Campo Mourão-PR / Fone/fax: (44) 3525-1048 / e-mail: campomourao@crmpr.org.br

**Diretor Regional:** Dr. Manuel da Conceição Gameiro**Delegacia Regional de Cascavel**

Rua Senador Souza Naves, 3983 - sala 705 / Edifício Comercial Lince - Centro / 85801-250 - Cascavel-PR / Fone: (45) 3222-2263 / e-mail: cascavel@crmpr.org.br

**Diretor Regional:** Dr. Keith de Jesus Fontes**Delegacia Regional de Foz do Iguaçu**

Rua Mirante Barroso, 1293 - sala 604 / Cond. Centro Empr. Pedro Basso / 85851-010 - Foz do Iguaçu - PR / Fone/fax: (45) 3572-4770 / e-mail: fozdoiguacu@crmpr.org.br

**Diretor Regional:** Dr. Isidoro Antonio Villamayor Alvarez**Delegacia Regional de Guarapuava**

Rua Barão do Rio Branco, 779, sala 07 - Centro / 85.010-040 - Guarapuava-PR / Fone/fax: (42) 3623-7699 / e-mail: arletegp@hotmail.com

**Diretor Regional:** Dr. Wagner Novaes Carneiro**Delegacia Regional de Londrina**

Av. Higienópolis, 32 sala 1403 / Cond. Empr. Newton Câmara / 86020-040 - Londrina-PR / Fone: (43) 3321-4961 / Fax: 3339-5347 / e-mail: londrina@crmpr.org.br ou ldcrmpr@sercomtel.com.br

**Diretor Regional:** Dr. Álvaro Luiz de Oliveira**Delegacia Regional de Maringá**

Ruas das Azaléias, 209 / 87060-040 - Maringá-PR / Fone/fax: (44) 3224-4329/3262-8462 / e-mail: maringa@crmpr.org.br

**Diretor Regional:** Dr. Kemel Jorge Chammas**Delegacia Regional de Paranavaí**

Av. Rio Grande do Norte, 930, sobreloja 104 / 87701-020 / Paranavaí - PR / Fone/Fax: (44) 3423-3513 / e-mail: paranavaí@crmpr.org.br

**Diretor Regional:** Dr. Luis Francisco Costa**Delegacia Regional de Pato Branco**

Rua Ibioporá, 333, sala 401 - Centro / 85501-280 / Fone/fax: (46) 3225-4352 / e-mail: pbcrmpr@onda.com.br

**Diretor Regional:** Dr. João Schemberk Junior**Delegacia Regional de Ponta Grossa**

Rua XV de Novembro, 512 sala 76 - Centro / 84010-020 - Ponta Grossa-PR / Fone/fax: (42) 3224-5292 / e-mail: pontagrossa@crmpr.org.br

**Diretor Regional:** Dr. Luiz Jacinto Siqueira**Delegacia Regional de Santo Antônio da Platina**

Rua Rui Barbosa, 567 - salas 201 e 203 / 86430-000 - Santo Antônio da Platina-PR / Fone/fax: (43) 3534-5455 / e-mail: santoantonio@crmpr.org.br

**Diretor Regional:** Dr. Júlio de Jesus Gonçalves de Arruda**Delegacia Regional de Toledo**

Rua Santos Dumont, 2705 - Centro / 85900-010 - Toledo-PR / Fone/fax: (45) 3252-3174 / e-mail: toledo@crmpr.org.br

**Diretor Regional:** Dr. José Afrânio Davidoff Junior**Delegacia Regional de Umuarama**

Praça da Bíblia, 3336 - sala 302 / Edifício Cemed - Zona 01 / 87501-670 - Umuarama-PR / Fone/fax: (44) 3622-1160 / e-mail: umcprmpr@onda.org.br

**Diretor Regional:** Dr. João Jorge Hellú**Delegacia Regional de Fronteira de Porto União/União da Vitória**

Rua Prudente De Moraes, 300 - 89400-000-Porto União-SC / Fone: (0xx42) 523-1844 - Fax: (42) 522-0936

**Delegado Regional do Cremesc:** Dr. Ayrton Rodrigues Martins**Delegacia Regional de Fronteira de Mafra/ Rio Negro**

Rua Nicolau Bley Neto, 100 - 83880-000 - Rio Negro - PR / Fone/Fax: (47) 643-6140 / e-mail: rionegro@crmpr.org.br

**Diretor Regional:** Dr. Jacy Gomes

**Jornalista responsável:** Hernani Vieira - Mtb 993/06/98V-PR / **Assistente editorial:** Priscila P. J. Naufel / **Fotos:** Joel Cerizza e Miro Matiak / **Editoração:** Upper Comunicação (41) 3024-0674 / **Fotolito e Impressão:** Serzegraf / **Tiragem:** 20.000 exemplares.

# Preocupação com propaganda abusiva de medicamentos

Dois questões associadas ao poderio econômico da indústria farmacêutica e a sua influência no cotidiano do médico, que muitas vezes incorre em condutas antiéticas, foram debatidos durante o I Encontro dos Conselhos de Medicina de 2006, em Brasília. A mesa-redonda sobre “Médico: garoto propaganda da indústria farmacêutica” foi coordenada pelo conselheiro Gerson Zafalon Martins, tendo a participação do corregedor do CFM, Roberto Luiz D’Ávila, e o presidente da AMB, José Luiz Gomes do Amaral. O outro debate versou sobre “A indústria farmacêutica e o patrocínio de simpósios, jornadas e congressos médicos”, com coordenação do diretor Alceu Pimentel.

Franklin Rubinstein, diretor da Anvisa, falou sobre o marketing agressivo por parte das indústrias farmacêuticas e ressaltou ser responsabilidade governamental lidar com esta questão, garantindo a necessária segurança, eficácia e qualidade dos medicamentos. “O papel da Agência é proteger a saúde da população”, disse, sem deixar de lamentar a limitação quando se trata da relação entre o médico e o propagandista. “Esperamos estar aspirando uma parceria formal como Conselho Federal, que vai enriquecer bastante o trabalho”, frisou o diretor. O presidente do CFM, Edson de Oliveira Andrade, garantiu o encaminhamento de proposta para um trabalho conjunto sobre os registros de ensaios clínicos.

Maria José Delgado Fagun-

des, também da diretoria da Anvisa, apresentou os trabalhos da gerência de propaganda da Agência, incluindo o projeto de monitoração de propagandas de medicamentos no Brasil com as universidades e a consulta pública n.º 84, que trata das propagandas de medicamentos. Nesta perspectiva de se reduzir a exposição da população à propaganda abusiva e enganosa, mereceu elogio público no Encontro a iniciativa pioneira do Conselho do Paraná, que constituiu grupo de trabalho para discutir propaganda e divulgação de remédios. Além de propostas para a consulta pública 84, os conselheiros estão encaminhando sugestões também para outra pesquisa da Anvisa, a n.º 83, que trata de propaganda de drogas, como tabaco e álcool, também produtos sujeitos à vigilância sanitária.

“A fiscalização da propaganda é uma das ferramentas à qual se recorre para reduzir o fluxo aos serviços de saúde e o número de óbitos de pacientes vitimados pelo hábito de consumir substâncias que, além de tóxicas, causam dependência química, impactam as estatísticas de saúde pública e de violência”, resumiu o conselheiro Gerson Martins.

O grupo de trabalho do CRM é formado pelos conselheiros Alexandre Gustavo Bley, Ewalda Von Rosen Seeling Stahlke, Mauri José Piazza, Marco Antonio Bessa, Miguel Ibraim Abboud Hanna Sobrinho, Mônica De Biase Wright Kastrup e Roseni Teresinha Florêncio.

## ALERTA ÉTICO

### Indicação de estabelecimentos farmacêuticos

No dia 26 de janeiro último, participamos de reunião na Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba, quando foram tratados vários assuntos de relevância. Em relação à classe médica, destaque para a denúncia quanto à indicação de estabelecimentos farmacêuticos nas receitas médicas, formulada pelo Promotor de Justiça Maximiliano Ribeiro Deliberador. Chamou-nos a atenção o grande número de receitas com estas indicações, sendo várias aquelas com a colagem de selos de determinados estabelecimentos que fazem a venda das medicações por telefone.

Devemos lembrar a todos que esta prática fere o Código de Ética Médica, bem como a legislação vigente. Todos os profissionais médicos envolvidos na denúncia foram notificados e alertados por este Conselho.

### Recomendação administrativa

A recomendação administrativa que envolve a prescrição de medicamentos foi elaborada pelo Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor e Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba. Está dirigida não só ao Conselho Regional de Medicina, mas a outras instituições representativas de profissões e atividades do Paraná, como o Conselho de Farmácia e Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos.

Citando todo o conjunto de normas legais vigentes, incluindo o Decreto Lei 2093/32, a Lei 5991/72, a Resolução CFM 1246/88 e as Resoluções

Como existiram vários pontos relevantes discutidos em relação à questão farmacêutica, os representantes das entidades presentes elaboraram uma recomendação administrativa, que foi encaminhada para todos os segmentos pertinentes, para que possa existir uma uniformidade no pensamento. Acreditamos que a prática de indicar ao paciente determinado estabelecimento farmacêutico, na maioria das vezes, está baseada na possibilidade de um custo menor para a aquisição das medicações. Porém, como está bem descrito nesta recomendação, é uma prática vedada. Alertamos então para que todo o cuidado seja tomado, no sentido de evitarmos sanções tanto da Justiça quanto deste Conselho.

*Cons. Alexandre Gustavo Bley, membro da Com. de Divulgação de Assuntos Médicos (Codame)*

CFM 357/01 e 417/04, o documento estabelece uma série de recomendações aos profissionais médicos e farmacêuticos. Ao médico, ressalta-se a observância do artigo 98 da Resolução CFM 1246, que veda ao médico “exercer a profissão com interação ou dependência de farmácia, laboratório farmacêutico, ótica ou qualquer organização destinada à fabricação, manipulação ou comercialização de produto de prescrição médica de qualquer natureza, exceto quando se tratar de Medicina do Trabalho.”

Confira a íntegra do conjunto de recomendações no site do Conselho ([www.crmpr.org.br](http://www.crmpr.org.br)).

## Alerta II

### A ética médica e a propaganda irregular

A Diretoria do Conselho Regional de Medicina do Paraná, preocupada com as repercussões danosas à profissão médica em decorrência da propaganda divulgada em mídia leiga ou em documentação fornecida em consultórios, dentre outros meios, vem ALERTAR para os seguintes itens em desacordo com o Código de Ética Médica e a legislação vigente:

- Promessas não alcançadas, mas

- vendidas em propaganda de mau-gosto, como a do “antes e depois”;
- Anúncio de títulos e especialidades que inexistem e tratamentos não reconhecidos cientificamente ou não permitidos;
- Exposição de pacientes violando o sigilo médico;
- Desrespeito entre colegas;
- Atestados preenchidos de forma incorreta;

- Receituário médico ilegível;
- Outdoors inadequados;
- Autopromoção; e
- Sensacionalismo.

Assim sendo, a partir desta edição, estaremos divulgando tópicos esclarecedores para o cotidiano do médico. Em caso de dúvida, consulte a Comissão de Divulgação de Assuntos Médicos (Codame) pelo telefone 3240-4032 ou por e-mail ([codame-cqp@crmpr.org.br](mailto:codame-cqp@crmpr.org.br)).

# Reuniões éticas semanais para habilitar os novos médicos

**D**evido ao grande número de recém-formados que fazem o seu registro no Conselho Profissional no início do ano, o CRM-PR adotou nova sistemática de entrega de carteiras na Sede de Curitiba. As reuniões éticas para recepção dos novos profissionais serão realizadas semanalmente – todas as terças-feiras – até 4 de abril. As palestras éticas são feitas pelos conselheiros, por membros-natos do Conselho e por convidados, sempre associadas ao mais alto conceito da atividade médica.

Os eventos para entrega de carteiras não estão restritos à Capital. Além das três outras cidades-sedes de escolas médicas – Londrina, Maringá e Cascavel -, também tem sido possibilitada a realização do ato formal em Delegacias Regionais das áreas de atuação escolhidas por novos médicos. Uma das solenidades ocorreu em 10 de fevereiro na recém-criada Regional de Santo Antônio da Platina, no Norte Pioneiro. Ali ocorreu a primeira entrega de carteira numa cena inusitada e de muita emoção: o médico Marcelo Dias de Oliveira recebeu o documento das mãos do Diretor Regional da Delegacia de Santo Antônio Júlio de Jesus Gonçalves de Arruda, exatamente o obstetra que realizou o seu parto.

No mês de janeiro, foram realizadas reuniões éticas na Sede do Conselho de Medicina nos dias 10, 25 e 31, com a participação de quase uma centena de novos médicos. Em fevereiro, receberam seus documentos mais 70 recém-formados, em sessões realizadas na Plenária Dr. Wadir Rúpullo nos dias 7, 14 e 21. Para março foram agendadas reuniões

nos dias 7, 14, 21 e 28. Ressalte-se que todo médico que faz a sua inscrição primária no CRM deve acompanhar a palestra ética, que aborda questões do cotidiano médico e o zelo profissional.

## Londrina



Londrina teve em 2 de fevereiro a sua primeira solenidade do ano de entrega de carteiras. O evento, que ocorreu na sede da Associação Médica, teve a participação de 51 médicos recém-formados. Quem proferiu a palestra ética, partilhando a sua experiência profissional, foi o Dr. Álvaro Luiz de Oliveira (foto), que recém assumira a função de Diretor Regional da Delegacia de Londrina, face ao pedido de afastamento por três meses do titular Marcos Menezes de Freitas de Campos. A apresentação do vídeo motivacional do Conselho, intitulado “Vale a pena ser médico”, foi outro atrativo do evento.

Os conselheiros do CRM-PR Hélcio Bertolozzi Soares, Carlos Roberto Goytacaz Rocha, Edgard Luiz Westphalen e José Luis de Oliveira Camargo prestigiaram a cerimônia e compuseram a mesa diretora, assim como o presidente da Associação Médica de Londrina, Antônio Caetano de Paula. Os delegados de Londrina Luís Fernando Rodrigues e João Henrique Steffen Jr. Também pres-

tigiaram a reunião de entrega de carteira, a exemplo do médico fiscal Paulo César Aranda.

## Cascavel

A Delegacia Regional de Cascavel teve em 5 de janeiro a solenidade de entrega de carteiras aos novos médicos, a quase totalidade formada na Unioeste. A palestra ética que precedeu a entrega da carteira aos mais de 30 novos médicos foi conduzida pelo Vice-Diretor da Regional, Dr. Fayes Mehanna. Teve lugar no auditório da sede inaugurada no ano passado.

## Maringá

Em solenidade realizada dia 7 de março, no auditório da Delegacia Regional de Maringá, o presidente em exercício do CRM-PR, Gerson Zafalon Martins, proferiu palestra ética para a entrega da carteira profissional a 18 novos médicos formados na UEL. Em sua fala, o conselheiro abordou questões relativas à atividade profissional, apresentando também dados contidos no livro editado pelo CFM, “O médico e o seu trabalho”. Participaram da cerimônia delegados da Regional Kemel Jorge Chammas (Diretor Regional), Natal Domingos Gianotto (vice-diretor regional), Aldo Yoshissuke Taguchi (2.º secretário), Mario Massaru Miyazato, Mariane Arns e Vera Lúcia Alvarez Beltran.



Mais de 100 médicos receberam seus documentos no CRM, em 2006.



Exibição do vídeo “Vale a pena ser médico”, na reunião de Londrina.



Dr. Júlio de Arruda entrega a carteira a Marcelo, de quem fez o parto.

## Pesquisa sobre a saúde do médico

O Centro de Pesquisa e Documentação do Conselho Federal de Medicina está realizando pesquisa para avaliar as condições de saúde do médico brasileiro. Na primeira etapa foram enviados 20 mil questionários a médicos escolhidos aleatoriamente em todo o País, com amostras selecionadas por estados. O retorno tem sido bastante satisfatório, mas o CFM decidiu ampliar o alcance da

pesquisa para obter resultado mais confiável. Mais 40 mil questionários estão sendo enviados e o apelo do Conselho Federal e do Regional é para que os médicos paranaenses deem a sua contribuição a este trabalho. Os médicos selecionados terão a sua confidencialidade garantida. O coordenador do projeto é o conselheiro Genário Alves Barbosa.

# Curso de urgência e posse da diretoria de Campo Mourão



Composição da mesa diretora em Campo Mourão, que teve a realização de curso de urgência, acompanhado por dezenas de médicos da região. O evento também marcou a posse de Manuel da Conceição Gameiro na função de Diretor da Regional, na foto à direita com o antecessor Antônio Carlos Cardozo.

O Conselho Regional de Medicina do Paraná realizou em Campo Mourão, em fevereiro, o I Curso de Urgência e Emergência de 2006, evento que coincidiu com a posse oficial do novo Diretor e o novo Secretário da Delegacia Regional, que vão cumprir mandato de 20 meses dentro do sistema de revezamento da gestão 2004/2009. As atividades ocorreram na noite de 17 de fevereiro, no auditório da Unimed, contando com a participação do conselheiro federal e também presidente em exercício do CRM-PR, Gerson Zafalon Martins.

Acompanhado por mais de 50 médicos da região, o curso de urgência teve a coordenação do Dr. Manoel Fernandes Canesin, professor titular da Universidade Estadual de Londrina, diretor da Sociedade Paranaense de Cardiologia e presidente IX Congresso Sul-Brasileiro de Cardiologia e do XXXIV Congresso Paranaense de Cardiologia, que vão ocorrer de 20 a 22 de abril, em Londrina. Ele proferiu palestras sobre “Ressuscitação Cardiorespiratória” e “Insuficiência Coronariana Aguda – Síndromes Isquêmicas Agudas”.

O programa de educação continuada teve duas edições no ano passado, nas inaugurações das Delegacias Regionais de Paranaíba e Santo Antônio da Platina. Tem se mostrado efetiva

e funcional em seu propósito de atualizar e capacitar os profissionais emergencistas, de acordo com os protocolos vigentes de atendimento. O curso visa também melhorar a produtividade e propiciar maior segurança na tomada de decisões nas salas de pronto-atendimento e unidades de saúde.

O quadro diretor da Regional de Campo Mourão, eleito em 2004 para mandato de cinco anos, teve como Diretor para os primeiros 20 meses o gineco-obstetra Antônio Carlos Cardozo. Ele foi sucedido na função pelo urologista Manuel da Conceição Gameiro, de 55 anos e há 30 formado pela Universidade Federal do Paraná (1976). A Regional de Campo Mourão, que congrega 25 municipalidades, tem agora como secretário Dairton Luiz Legnani, especialista em cirurgia geral e cirurgia plástica.

Ao ser investido na função de Diretor Regional, Manuel da Conceição Gameiro reforçou o elevado grau de credibilidade da classe médica junto à sociedade, apesar das dificuldades no exercício da atividade. Sua expectativa é de contribuir para que sejam melhoradas as condições de trabalho do médico de sua região, assim como de acesso a programas de atualização, incluindo os voltados à recertificação de

especialidades. O presidente em exercício do CRM, Gerson Zafalon, aproveitou a oportunidade para apresentar aspectos da publicação “Perfil dos médicos da região Sul”, que integra pesquisa feita pelo CFM. Na parte da manhã, no dia 18, o conselheiro Gerson Zafalon e os delegados de

Campo Mourão realizaram reunião interna de trabalho na própria sede da Regional.

#### Campo Mourão - delegados

**Membros Efetivos:** Dr. Manoel da Conceição Gameiro (Diretor Regional), Dr. Dairton Luiz Legnani (Secretário), Dr. Antônio Carlos Cardozo, Dr. Moacir

Ciulla Porciúncula, Dr. Wilfredo Sérgio Sandy Saavedra

**Membros Suplentes:** Dr. Altair Gonçalves, Dr. Antonio Sérgio de Azevedo Rebeis, Dr. Carlos Roberto Henrique, Dr. José Alexandre Gargantini Reze, Dr. Silvio Xavier.

## Construção da Sede da Regional de Londrina

A construção da Sede da Delegacia Regional e a nomeação de novos delegados para ampliar as atividades administrativas estiveram em destaque em agenda cumprida em Londrina, no dia 6 de março, pelo presidente em exercício do Conselho Regional de Medicina, Gerson Zafalon Martins. Pela manhã, às 10h, Gerson Zafalon e o também conselheiro José Luis de Oliveira Camargo participaram da palestra de abertura do ano letivo do curso de Medicina da Universidade Estadual de Londrina. A recepção aos

acadêmicos ocorreu no auditório do Hospital Universitário.

Às 18h, o presidente colocou em análise o projeto para edificação da Sede da Regional, que vem sendo reivindicada pela comunidade médica local como forma de melhorar as atividades conselhais e de educação continuada. O terreno para abrigar a Sede já foi adquirido pelo Conselho. A questão da necessidade de recomposição do quadro de delegados mereceu especial atenção. Participaram da reunião, além de Gerson Zafalon e o diretor em exercício da Regional de Londrina, Álvaro Luiz de Oliveira, os conselheiros estaduais José Luis de

Oliveira Camargo e Edgard Luiz Westphalen e os delegados da Regional Luís Fernando Rodrigues (secretário), Luis Gabriel Fernandez Turkowski e João Henrique Steffen Júnior, além do médico fiscal Paulo César Aranda.

O mesmo grupo de conselheiros e delegados coordenou, na seqüência, a realização de debate sobre o tema “Formação médica e medicina baseada em evidências”, que foi dirigido a cerca de 25 membros de direção clínica e de Comissões de Ética Médica de hospitais de Londrina.

## Diretor Regional de Londrina

A Delegacia Regional de Londrina tem como Diretor, desde fevereiro, o Dr. Álvaro Luiz de Oliveira. Ocupante da vice-diretoria, ele ascendeu à nova função em decorrência do afastamento Dr. Marcos Menezes Freitas de Campos, que solicitou licença até 16 de abril. O novo Diretor Regional tem 51 anos. Formado em 1972 pela Universidade Estadual de Londrina, especializou-se em Pediatria. Foi presidente da Associação dos Hospitais de Londrina e da Associação Médica de Londrina e é diretor do Departamento de Defesa Profissional da Sociedade Paranaense de Pediatria.

# Crônica de mortes anunciadas

José Eduardo de Siqueira\*

**S**em dúvida, uma das obras de ficção melhor elaboradas da literatura contemporânea foi produzida por Gabriel Garcia Marques com o título de “Crônica de uma morte anunciada”. Subvertendo o modelo tradicional de narrativa, o autor anuncia a morte do personagem central nas linhas iniciais do primeiro capítulo do livro.

Situação semelhante está ocorrendo atualmente em nosso país, com a peculiaridade de não ser situação ficcional, mas fazer parte da realidade de fatos gerados por autoridades públicas do Estado de Alagoas.

Notícia veiculada pelo telejornal SBT Brasil, de 23 de janeiro último, apresentava iniciativa considerada como “no mínimo polêmica” pela jornalista Ana Paula Padrão, de que autoridades do Poder Judiciário estadual autorizaram colheita de sangue de menores de rua com a finalidade de conhecer o DNA dos adolescentes, para possível futura identificação de vítimas de assassinato.

Na matéria apresentada no telejornal, não ficou claro se os jovens ofereceram consentimento livre para a colheita do material biológico. Caso este procedimento não tenha sido precedido de ampla explicação para os menores das finalidades da pesquisa, fica caracterizada a postura antiética, considerando-se inúmeros os tratados nacionais e internacionais, como o Código

de Nuremberg (1947), Declaração de Helsinque (1964), Diretrizes Éticas Internacionais para Investigação envolvendo Seres Humanos (1993) e a Resolução n.º 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, que controla as pesquisas em seres humanos realizadas no Brasil.

Pois bem, tudo indica que no caso em questão nenhuma orientação com amparo ético foi considerada, senão o interesse de autoridades públicas conhecerem o DNA de menores de rua, potenciais vítimas de assassinatos. O intuito, salve melhor juízo, parece ser o de facilitar a identificação de cadáveres de jovens em precárias condições sociais que perambulam pelas ruas da capital alagoana.

As democracias modernas estão empenhadas em promover inclusão social e o mais amplo exercício de cidadania. Em sua obra “Cidadãos do Mundo: para uma teoria da cidadania”, a filósofa e humanista espanhola Adela Cortina propõe educar indivíduos em valores cívicos como liberdade, igualdade, respeito ativo, solidariedade e diálogo.

Parece que a conduta proposta, no caso alagoano, caminha em sentido oposto, ou seja, ao invés de oferecer proteção aos indivíduos mais vulneráveis, aceita-se cinicamente que, estando os menores de rua marcados para morrer, melhor escolher método de identificar seus cadáveres com o maior rigor científico possível. Ao invés de proporcionar meios de proteção e inclusão social, aco-

moda-se covardemente o Poder Público na insustentável e desumana tese de que o melhor que se pode oferecer para esta multidão de marginalizados sociais é reconhecê-los como desprovidos do mais elementar direito de viverem como seres humanos.

Acaso não somos homens? Pergunta H.G. Wells no capítulo 12 de “A Ilha do Doutor Moreau”. Na obra de Wells, os monstros “humanimais”, híbridos de animal e humano, acabam matando seu próprio criador. Wells qualificou sua novela como “grotesco teológico” e considerou como autênticos monstros, destituídos de compaixão e sentido os criadores e não as criaturas.

O episódio atual envolvendo os menores de rua de Alagoas expõe a verdadeira face de um monstro que em Bioética conhecemos como “mistanásia”, a morte social injustificada em qualquer país que pretenda ser civilizado.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que o “grotesco teológico” de Wells está se convertendo em um “grotesco político” se insistirmos no vazio discurso dos direitos humanos e da democracia representativa sem fundamentá-lo em propósitos de mudanças radicais, na percepção de que os mais vulneráveis na sociedade são aqueles que devem merecer atenção prioritária, justamente por serem vulneráveis. Aqui estamos tratando de um tema caro à bioética brasileira que denominamos “bioética de proteção”. Fica cada vez mais evidente a necessidade de contarmos, em nosso país, com uma Comissão Nacional de Bioética. Escrever história de menores de rua do Brasil como uma crônica de mortes anunciadas é, no mínimo, reconhecer que envelhecemos moralmente.

\*José Eduardo de Siqueira,

Coordenador Câmara de Bioética do CRM/PR e Presidente da Sociedade Brasileira de Bioética. E-mail:

jtsique@sercomtel.com.br



Prof. José Eduardo de Siqueira, presidente da Sociedade de Bioética.

## Cadastro obrigatório

**O** Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) é a base para operacionalizar os Sistemas de Informações em Saúde e visa disponibilizar informações das atuais condições de infra-estrutura de funcionamento dos Estabelecimentos de Saúde na esfera Federal, Estadual e Municipal. Entrando no site <http://cnes.datasus.gov.br> poderão ser obtidas informações sobre cadastro de estabelecimentos e profissionais, inclusive médicos. Clique em “Como se cadastrar” para obter o número do CNES. Isto feito, o site abrirá uma tela em que estarão disponíveis todas as informações pertinentes. Para auxiliá-lo no processo de conhecimento do CNES e seus requisitos, basta procurar pela opção “institucional/legislação” e imprimir ou baixar as fichas FCES a serem preenchidas, bem como o manual de preenchimento constantes na opção “serviços/recebimento” de arquivos. O site também permite confirmar se um determinado profissional está ou não cadastrado. Caso o profissional não tenha sido encontrado ou o número do CNS não tenha sido exibido, acesse o endereço <http://aguia.datasus.gov.br/cartaonetasp/portalCNS> e na opção Base Nacional Leve - BNL, entre como “convidado” e faça sua pesquisa através do Nome ou do CPF.

## Anuidade vence dia 31

Vencem em 31 de março as anuidades de médicos e de empresas. A partir dessa data, os valores serão acrescidos de 2% de multa e 1% de juro ao mês. A Resolução CFM n.º 1.773/2005, publicada no DOU de 4 de outubro do ano passado, determinou os valores das anuidades e taxas para o exercício de 2006. A anuidade pessoa física do médico está fixada em R\$ 356,00. Para Pessoa Jurídica, a cobrança é proporcional ao capital social, em sete faixas. A primeira, com capital até R\$ 4.450,00, tem anuidade de R\$ 356,00. Para saber mais, inclusive sobre situações de desconto, contate o CRM ou acesse o site ([www.crmpr.org.br](http://www.crmpr.org.br)), onde também é possível gerar o boleto para pagamento.

## Debate em Londrina

**C**omo parte das comemorações de seu 70.º aniversário, a Santa Casa de Londrina programou uma série de atividades para todo o ano. Um dos destaques foi o Encontro de Bioética 2006, realizado dias 13 e 14 de março pelo Comitê de Bioética e Ética em Pesquisa da instituição. Debate sobre relações familiares e doação de órgãos, levado ao auditório da Unopar, gerou expectativa para acompanhar a fala da Irmã Elena Lugo, de Porto Rico e PhD em Filosofia.

# CRM-PR e PUC abrem programa de formação continuada em Bioética

Com o propósito de promover um estudo contínuo e aprofundado e também ampliar as pesquisas em Bioética, o Conselho Regional de Medicina e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná organizaram o Programa de Formação Continuada em Bioética para 2006. Mensalmente, de março a novembro e com pausa em julho, médicos, demais profissionais de saúde e interessados poderão participar de palestras e debates que abordarão temas atuais, como reprodução humana, morte, aborto, pesquisa e religião. As palestras vão envolver alguns dos mais renomados especialistas da área Bioética no País.

O programa, com carga horária total de 40h, será cumprido com módulos uma vez por mês, sempre aos sábados, das 9 às 13h, no auditório do Conselho de Medicina, no bairro Vista Alegre, em Curitiba. Para os médicos inscritos regularmente no CRM-PR a inscrição é gratuita e pode ser feita online, pelo site do Conselho ([www.crmpr.org.br](http://www.crmpr.org.br)). Para os demais profissionais interessados o custo é de R\$ 200,00 à vista e deve ser feito pelo site da PUC ([www.pucpr.br/eventos](http://www.pucpr.br/eventos)) ou pelo fone (41) 3271-2102. O número de vagas, contudo, estará condicionado à capacidade do local dos trabalhos. Será conferido diploma aos participantes.

A coordenação do curso cabe ao Prof. Dr. Mario Antonio Sanches, coordenador do Núcleo de Estudos em Bioética da PUC e membro da Câmara Técnica de Bioética do Conselho de Medicina. Também diretor do curso de bacharelado em Teologia da Pontifícia e autor do livro "Bioética, Ciência e Transcendência", o Prof. Mario Sanches assinala

como objetivos do programa promover o estudo contínuo, o aprofundamento e a pesquisa em Bioética, além de ampliar e dar consistência ao debate sobre o tema que já se registra em várias instituições do Estado.

## Iniciativa pioneira

"A iniciativa visa não somente proporcionar educação continuada em ética e bioética, mas orientar os médicos paranaenses em tomadas de decisões difíceis que envolvem riscos de eventuais processos por erro médico", reforça o Prof. José Eduardo de Siqueira, coordenador da Câmara Técnica do Conselho e atual presidente da Sociedade Brasileira de Bioética. Aliás, será ele o responsável pela palestra de abertura do curso, em 25 de março. Ele vai abordar o tema "Perspectivas da Bioética no Brasil".

De acordo ainda com o presidente da Sociedade Brasileira de Bioética, o Conselho de Medicina do Paraná está participando de iniciativa pioneira no Brasil ao oferecer a oportunidade para que acadêmicos e egressos de nossas faculdades possam debater com bioeticistas de reconhecida competência temas que envolvem tomadas de decisões clínicas em situações de conflitos morais. José Eduardo de Siqueira interpreta que o ensino de ética nas escolas de medicina do Brasil caracteriza-se, ainda, por uma visão marcadamente deontológica, "o que é necessária, mas não suficiente para atender as necessidades de formação do profissional na atualidade".

Ainda na análise do especialista, o modelo clássico de ensino da ética através da disciplina de Medicina Legal e Deontologia tornou-se insuficiente para atender a necessária formação

humanista do médico, já que perdeu a capacidade de resposta para os dilemas morais apresentados pelos avanços da ciência, em especial pelas novas tecnologias aplicadas à biomedicina. "Basta considerarmos as tomadas de decisões frente ao aborto, a distanásia, a redução embrionária, a alocação de recursos em saúde, ao suicídio assistido e a clonagem humana, para percebermos quão limitada é a contribuição oferecida pela deontologia", explica.

O presidente da SBB sugere: "A busca de soluções a este desafio terá de passar não só pela reestruturação do aparelho formador, mas, particularmente, pela escolha de uma metodologia de ensino da ética que adegue-se aos novos questionamentos apresentados pela sociedade - o que necessariamente incluirá a integração de diferentes disciplinas acadêmicas no sentido de facilitar o reconhecimento do ser humano em sua complexa realidade biopsico-social".

## PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM BIOÉTICA / 2006

25 de Março	"Perspectivas da Bioética no Brasil" - Prof. Dr. José Eduardo de Siqueira (UEL/PR e Presidente da SBB)
29 de Abril	"Tendências da Ética Contemporânea" - Prof. Dr. Domenico Costella (PUCPR)
27 de Maio	"Questões emergentes da Bioética Clínica" - Prof. Dr. Gabriel Oselka (HC/SP)
24 de Junho	"Contexto atual da Ética em Pesquisa" - Prof. Dr. José Goldim (PUCRS)
26 de Agosto	"Bioética e Direito" - Prof <sup>a</sup> . Dra. Jussara Meirelles (PUCPR)
30 de Setembro	"Bioética e Reprodução Humana" - Prof. Dr. Cláudio Cohen (USP/SP)
28 de Outubro	"A morte e o morrer" - Prof. Dr. Leo Pessini (vice-reitor do Centro Universitário São Camilo/SP, doutor em Teologia Moral e autor de obras como Eutanásia e América Latina: questões ético-teológicas; Morrer com dignidade; e Problemas atuais de bioética)
25 de Novembro	"Bioética e Religião" - Prof. Dr. Márcio Fabri dos Anjos (Doutor em Teologia pela Universidade Gregoriana, Roma, com especialização em Ética e Bioética)

## Curso de Ética e Bioética no HC

Parceria entre o Conselho Regional de Medicina e o Departamento de Tocoginecologia da UFPR proporcionou outra importante iniciativa voltada à formação profissional na área de Bioética. O "Curso de Ética e Bioética" foi programado para o período de 13 a 17 de março, no anfiteatro da maternidade do Hospital de Clínicas, visando alcançar alunos em estágio, médicos residentes, professores e toda a comunidade médica do HC. O Prof. Renato Luiz

Sbalqueiro, responsável pela coordenação, enalteceu a importância do evento para o hospital, por envolver conceituados especialistas, e prevê estudos para que novas edições sejam realizadas.

O coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Bioética do Centro Universitário São Camilo, Leo Pessini, foi convidado a proferir palestra sobre "Distanásia X Ortotanásia", enquanto o coordenador da Câmara Técnica de Bioética do Conselho de Medicina e presidente do Sociedade Brasileira de Bioética, José Eduar-

do de Siqueira, iria discorrer sobre o tema "Relação Médico-Paciente X Tecnologia". O juiz Miguel Kfourri Neto, Cícero de Andrade Urban, da Câmara Técnica de Bioética do CRM e ainda os conselheiros Gerson Zafalon Martins, Luiz Sallim Emed, Carlos Ehlke Braga Filho e Raquele Rotta Burkiewicz também foram incluídos na programação científica que, ainda, inclui temas como sigilo profissional, ética na reprodução humana e DST e interrupção da gravidez.

# Processo de revalidação mostra d

**País líder do ranking de escolas médicas também tem uma legião de estudantes cursando Medicina na AL e Caribe**

No ano passado, a tentativa de revalidação de diploma obtido em escola médica do Exterior foi frustrante para todos os 300 candidatos que se inscreveram ao exame da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná, a única do Estado a realizar o processo seletivo em consonância com a Resolução 01/02 da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação. O desempenho dos postulantes, em sua maioria brasileiros graduados em cursos da Bolívia, foi uma reprise do ano anterior (2004), o que comprova, no mínimo, o despreparo para o efetivo exercício da profissão no Brasil, pelo menos no que tange às características sociais e epidemiológicas das Regiões Sul e Sudeste.

Para esse universo de formandos, cujos cursos não são reconhecidos no Brasil, uma alternativa que se apresenta é a do estudo complementar. Eles têm direito a solicitar ingresso na UFPR, por exemplo, mas só serão encaixados em vagas ociosas, hipótese hoje remotíssima. O número de vagas é limitado, com fidelidade dos que iniciam o curso, além do que a Faculdade precisa absorver os alunos de convênio com instituições internacionais (cerca de 20) e da comunidade indígena (cinco). Recorrer à Justiça, contestando o processo para co-validação do diploma, já não é mais opção aos que querem assegurar, mesmo que momentaneamente, o exercício da atividade. Desde 2004, depois que a UFPR aprimorou o seu modelo de exame, nenhuma ação judicial foi exitosa. Todas as liminares vigentes no Estado, atual-

mente, foram obtidas sob questionamento do processo de revalidação de algumas das demais 51 escolas públicas do País com tal prerrogativa legal.

Um dos exemplos vem do Rio Grande do Sul. Dos 143 graduados em escolas de Medicina da Bolívia, Argentina e Cuba que tentaram a revalidação na Universidade Federal do RS, só um conseguiu. Os demais não alcançaram o escore mínimo e ingressaram na Justiça, obtendo liminar, o que lhes permitiu fazer o registro nos Conselhos de Medicina, alguns deles no do Paraná. A questão, tal qual outras tantas similares, tende a se arrastar nos Tribunais por bom tempo.

## Muitos formandos

Há estimativas de que cerca de 600 brasileiros estão retornando anualmente ao País, com diploma obtido em sua maioria nas 10 escolas médicas bolivianas. Há outros tantos que têm se formado na Colômbia, no Equador, no Peru, na Argentina ou ainda em Cuba, onde perto de 700 continuam estudando, 10% deles com bolsas de estudo oferecidas ao PT, origem do imbróglio gerado pelo governo brasileiro, ao acenar com o reconhecimento automático dos diplomas. A pressão das entidades médicas brasileiras fez com que houvesse recuo em tal pretensão e que se levasse a proposta, ao governo cubano, de reformulação da grade curricular das escolas de medicina, de modo a torná-la mais compatível com a realidade do ensino brasileiro.

O contingente de brasileiros que vivem o “drama” de não exercer a profissão no Brasil é tão grande que estimulou até a fundação da Associação de Pais e Estudantes Brasileiros Formados no Exterior. Fontes da entidade avaliam a existência de 10 mil profissionais de saúde, muitos deles perseverantes na tentativa de obter a revalidação do diploma, submetendo-se aos processos de avaliação, que têm custos que vão de R\$ 500 a 13 mil. Susane, 34 anos, é um exemplo. Ela se formou

## Formação, tema em destaque no Encontro dos Conselhos

O tema educação e formação médica esteve em destaque no I Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina de 2006, realizado em Brasília de 8 a 10 de março. O fórum teve a coordenação de Alceu José Pimentel, diretor do CFM, tendo como convidados palestrantes Ronaldo Rocha Loures Bueno, da AMB, Milton Arruda Martins, da Associação Brasileira de Educação Médica (Abem), e Ricardo Martins, da Comissão Nacional de Residência Médica. Cerca de 200 médicos de todo o país participaram do I Encontro, aberto pelo presidente do CFM Edson de Oliveira Andrade. O Paraná esteve representado pelo presidente em exercício do CRM-PR, Gerson Zafalon Martins, que foi coordenador de mesa-redonda com o tema “Médico: garoto propaganda da indústria farmacêutica”. Na oportunidade, ele ressaltou que o médico precisa trabalhar contra esses incenti-



Os conselheiros federais Gerson Zafalon e Edson de Oliveira Andrade apresentaram aspectos do projeto de educação continuada que será implementada ainda este ano pelo CFM.

vos para que não perca sua autonomia e neutralidade em relação ao paciente.

O diretor do CFM Roberto Luiz d'Ávila, coordenador da mesa-redonda sobre residência médica, defendeu o envolvimento dos Conselhos de Medicina na defesa da Residência Médica de qualidade. O representante da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), Ricardo Martins, disse que um dos problemas está

na ociosidade de vagas em algumas áreas e até mesmo de bolsas e que será preciso um estudo de demanda. Fernando Starosta de Waldemar, Associação Nacional de Médicos Residentes, pediu apoio dos Conselhos na luta pelo reajuste da bolsa concedida aos residentes do Brasil, hoje fixada em R\$ 1.280. Minuta de projeto de lei reajustando o valor da bolsa foi entregue ao Ministério da Educação.

em Havana e voltou ao Brasil. Tentou por seis vezes revalidar o diploma em quatro universidades federais do País. Sem sucesso, foi para a Amazônia, destino de muitos que exercem ilegalmente a profissão e tentam burlar a fiscalização.

## Ensino precário

Há dois anos, um grupo de trabalho do Conselho Federal de Medicina visitou 10 escolas médicas localizadas no Paraguai, Argentina, Bolívia e Cuba. Os conselheiros ficaram horrorizados com o que viram. De certeza, a que os egressos da maioria dessas escolas não têm a menor possibilidade de exercer a profissão. Outra, de que o objetivo de tais cursos é exclu-

sivamente o do lucro. Observe-se que só a Universidade Aquino da Bolívia, com campi em Cochabamba, Santa Cruz de La Sierra e La Paz, abriga 3 mil brasileiros que cursam medicina. Gerson Zafalon Martins, conselheiro do CFM e presidente em exercício do CRM-PR, defende, entre outras medidas, que o governo federal deflagre campanhas esclarecedoras sobre as “armadilhas” dos cursos que são oferecidos em países vizinhos e do Caribe.

O conselheiro diz que existem e são funcionais os dispositivos legais para impedir que brasileiros malformados no Exterior atuem aqui, expondo-se a riscos e à população. Para ele, a maioria das

instituições públicas que fazem o processo de revalidação usa critérios capazes de filtrar os médicos em condições de atuar. Essa qualidade, entende, também precisa ser cobrada de modo geral das escolas médicas brasileiras, que juntas somam 154 e ofertam 13.484 vagas por ano. Além do controle interno, ele se alinha à corrente defensora da avaliação externa. “Os Conselhos são instituições a serviço da sociedade e da saúde do ser humano, cabendo-lhes, legalmente, a promoção e fiscalização do perfeito desempenho ético da profissão”, diz Gerson Zafalon, que, contudo, acha difícil a curto prazo a implementação de exame de qualificação.

# espreparo de formados no Exterior

## UFPR “reprovou” os 300 candidatos de 2005

O Prof. Rogério Andrade Mulinari, diretor do Setor de Ciências da Saúde da UFPR, concorda com a visão geral crítica sobre a educação e a formação médica no País e, ao mesmo tempo, de temor às condições de risco que poderiam oferecer os graduados em algumas escolas latino-americanas e Caribe. Sem querer estabelecer comparativos ou apontar mazelas, o Prof. Rogério Mulinari faz questão de ressaltar o exemplo que vem sendo dado pela Faculdade de Medicina da Federal. Cita o processo de avaliação de ensino de graduação, iniciado em 2004 e que permite promover correções para as diferentes etapas. “Isso tem nos permitido detectar se, de fato, o conhecimento retido pelo aluno é o necessário e o mais importante”.

Falando sobre a revalidação dos diplomas, ele esclarece que o tratamento dado ao graduado no exterior, que busca o reconhecimento de sua formação, é idêntico ao do acadêmico da Federal, seja no curso de medicina ou nos

demais da Saúde. O Prof. Rogério Mulinari esclarece que o processo para revalidação é constituído de quatro etapas, a primeira delas de equivalência curricular. A equivalência pode determinar a imediata revalidação, com o que o médico, seja ele brasileiro ou estrangeiro, está apto para o registro e para exercer a profissão. Não foi isso que ocorreu no processo de 2005. Nenhum entre os 300 postulantes passou na primeira etapa. Além disso, só 172 se reapresentaram para a segunda e terceira etapas, que são juntas e envolvem conhecimentos básicos e profissionalizantes, mas, novamente, nenhum alcançou a média de 70%, escore singular aos dos estudantes da própria Faculdade de Medicina da Federal.

Sem êxito na avaliação de conhecimento, os candidatos não têm como chegar à quarta etapa, a de competências e habilidades, que são próprias do médico e realizadas em separado. “No curso médico, 70% é prática e o restante conhecimento”, resume o diretor do Setor de Saúde, convicto da fragilidade na formação de quem está se apresentando para revalidar seus diplomas. Para ele, a diferença

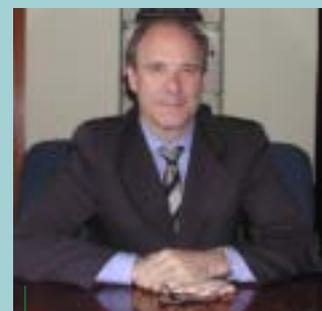
curricular é gritante entre as escolas brasileiras e a de outros países da AL, em especial por suas peculiaridades, como indicadores epidemiológicos. Outra observação refere-se a despreocupação dessas escolas com o “produto final”, pois não dá a atenção devida ao ensino prático e, tampouco, implementa mecanismos de avaliação do processo formador.

O Prof. Rogério Mulinari mostra-se entusiasmado com os avanços atingidos tanto pela Faculdade de Medicina como pelos graduados nesses cinco anos diagnosticando o ensino. Ele entende que esse é um processo responsável que todas as escolas devem adotar como compromisso de formação de bons médicos. Mesmo visualizando os resultados futuros que isso pode decretar, o diretor do Setor de Saúde é favorável às proposta de avaliar tantos os recém-formados quanto os demais médicos. “Os Conselhos têm o direito e o dever de avaliar o seu profissional, certificando que estão ou continuam aptos ao exercício da atividade. De modo algum o exame de qualificação compete com o da universidade. São complementares. Entendo que as escolas devem ter os

seus programas de avaliação para entregar à sociedade o melhor profissional possível. Os Conselhos devem avaliar e oferecer solução aos médicos com problemas”.

Graduado em 1978 pela Federal e com residência em clínica médica e nefrologia, Rogério Mulinari fez mestrado e doutorado na Escola Paulista de Medicina e pós-doutorado em Boston. Com sua longa experiência profissional e acadêmica, que inclui a Chefia do Departamento de Clínica Médica e a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Medicina Interna da UFPR, ele é um entusiasta do Programa de Saúde da Família, mas é crítico quanto à falta de condições de fixação dos profissionais, fenômeno que tem emperrado a interiorização do médico. O Prof. Mulinari interpreta que “não é o dinheiro que move o profissional, mas a infraestrutura, as condições apropriadas de trabalho... São necessárias melhorias para que o profissional do PSF, por exemplo, tenha a devida valorização. Que tenha oportunidade de usar o conhecimento acumulado e não simplesmente optar por outro campo de atuação”.

Ainda sobre a interiorização, o



Prof. Rogério Mulinari, do Setor de Ciência da Saúde.

professor realça que de modo algum ela deve estar associada à transferência de escolas médicas. “A interiorização da universidade é importante, mas a curto prazo precisamos de outras ações para fixar o médico nos menores centros. Ele precisa de condições de trabalho, afinal o profissional é o elo mais frágil nesse processo, pois é quem está na linha de frente. A área de saúde não permite improvisação. Não é hora de criar escolas e sim de manter as atuais, dando-lhes condições crescentes de formar melhores médicos. Criar escolas não é garantia de presença de médico; isso é um equívoco, não temos como ter escolas em todas as regiões”.

### Formação

O Paraná conta com sete escolas médicas que, juntas, ofertam atualmente 626 vagas. Quatro delas, uma federal e três privadas, estão localizadas na Capital. As demais, todas estaduais, são de Londrina, Maringá e Cascavel.

### Liminares

No exercício de 2004, o Conselho do Paraná inscreveu 21 médicos mediante liminares da Justiça. Em 2005, foram mais 16, mas somente dois puderam regularizar a documentação, em consonância com a Resolução CFM n.º 1770/05, que dispõe sobre a normatização e unificação dos procedimentos de inscrição provisória ou reintegração de

inscrição nos quadros dos Conselhos Regionais de Medicina por decisão judicial. O registro deve ser revalidado a cada 120 dias e, além disso, na carteira profissional do médico fica grafada a expressão: “Inscrição provisória efetivada por medida liminar judicial, cuja validade de permanência depende da citada decisão e de apresentação quadrimestral de certidão judicial de manutenção da liminar”.

### Números

Com quase 300 mil médicos, a média do País é de um profissional para cada grupo de 650 habitantes, situação confortável diante da recomendação da OMS, de 1/1000. No Paraná, que tem 15.766 médicos ativos, o índice é de 1/500, embora uma

em cada cinco cidades não tenha médico residente. Em Curitiba, a situação é bem mais cômoda, com um médico para cada grupo de 220 habitantes. São 7.294 atuando.

### Exame de qualificação

A segunda etapa do exame de qualificação feita pelo Cremesp, com caráter prático, mostrou que grande parcela dos formados chega ao mercado de trabalho pouco preparada para atuar em emergências, justamente o setor onde a maioria começa a atuar. Indicou, ainda, o alto grau de inabilidade para fazer diagnósticos clínicos que não estejam amparados por exames de imagem. O exame atestou ainda que os jovens médicos têm formação falha

em questões de saúde pública e estão pouco preparados para identificar e prevenir surtos e epidemias.

### Estaduais

Nenhuma das universidades estaduais com cursos de medicina tem realizado processos para revalidação de diplomas. O coordenador do curso de Medicina da Universidade de Maringá, Mauro Porcu, diz que o último foi realizado há dois anos. Todos os 67 candidatos, um estrangeiro e os demais brasileiros formados em sua maioria na Bolívia, foram reprovados. A de Londrina não tem realizado nos últimos anos. O Prof. Márcio José de Almeida, coordenador do curso de medicina da UEL, lamenta a proliferação de escolas médicas

sem condições de funcionamento, em vários países da América Latina, inclusive o Brasil.

### Revalidação

No Paraná, somente o Curso de Medicina da UFPR tem realizado atualmente exame de revalidação de diplomas de graduados no Exterior, sejam brasileiros ou estrangeiros. Em 2005, 300 inscreveram-se no processo. Nenhum obteve êxito. A Universidade Estadual de Maringá realizou há quase três anos o seu último processo de co-validação de diplomas. Os 67 avaliados foram “reprovados”. Um era estrangeiro; os demais, brasileiros que se formaram na Bolívia, em sua maioria.

# Brasil, líder mundial no ranking de escolas médicas

O Brasil é o líder mundial das escolas médicas. Conta atualmente com 154 cursos. São 85 instituições privadas (55,19% do total), 40 federais, 23 estaduais e seis municipais, que ofertam juntas 13.485 vagas por ano. O cenário seria motivo de orgulho se não reunisse tantas contradições, que tem como principal componente a formação deficiente de elevado contingente de médicos que é lançado no mercado de trabalho, refletindo diretamente nos indicadores de qualidade de assistência. A situação tem se agravado ainda mais com o impasse que envolve a imigração de médicos estrangeiros ou o regresso de brasileiros que buscaram graduação mais fácil no Exterior, em ambos os casos dissociados do perfil formador exigido pela sociedade brasileira, como atestam os resultados vexatórios nos exames de revalidação de diplomas.

Levantamento realizado pelo site “Escolas Médicas do Brasil”, que reforça o movimento contra a abertura indiscriminada de cursos sob inspiração política ou econômica, não deixa dúvida quanto ao estágio de descontrole perpetrado no Brasil, que tem uma população estimada em pouco mais de 187 milhões de habitantes. O segundo país em número de escolas médicas é a China, que tem 150, mas para seus 1,3 bilhão de habitantes. A Índia aparece em seguida com 140 cursos, mas tem população de 1,079 bilhão. Os Estados Unidos têm 278 milhões de habitantes e 125 escolas com rígido sistema de formação, que desde o final da década de 90 lança anualmente

no mercado, em média, 15,5 mil médicos. A Argentina, que tem 1/5 da população do Brasil, conta com 14 escolas. Nos “passos” do Brasil estão países como Bolívia, Colômbia, Peru, Cuba e Equador.

A história das escolas médicas no Brasil remonta a 1808, quando foi aberta a primeira, a Federal da Bahia e, logo em seguida, a Federal do RJ. Depois vieram a Federal do RS, em 1898, e a Federal do Paraná (com 72 vagas) e a Fundação Universidade do Rio de Janeiro, em 1912. No final da década de 50 do século passado eram 27 as escolas, chegando a 67 até 1970. O quadro se mostrou equilibrado até 1995, quando tínhamos 80 cursos. De 1996 a 1999 foram fundadas 19 faculdades. A partir de então, a situação saiu de controle. Foram criadas cinco escolas em 2000, oito em 2001, 11 em 2002, sete em 2003 e mais 11 em 2004. Em 2005, pulou para mais 12. No início de 2006, abriu-se o 154.º curso, da Universidade de Santa Cruz do Sul (RS), objeto de questionamentos jurídicos, a exemplo do que já ocorrera em outras regiões do País.

As instituições representativas da área médica e também as de formação, que pregam o ensino comprometido com qualificação, têm direcionado especial atenção neste campo na última década. A preocupação com a educação e formação médica estão entre as diretrizes fixadas pelo CFM e AMB, com suas unidades estaduais. No I Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina de 2006, realizado de 8 a 10 de março último em Brasília, o tema esteve mais uma vez em destaque. Um dos palestrantes, Ronaldo Rocha

Loures Bueno, da AMB e autor de metucioso trabalho sobre a expansão acelerada de cursos médicos, chamou a atenção para o fato de que o problema está longe de ser equacionado e que é indispensável continuar a pressão sobre o Executivo e o Legislativo, sobretudo para que sejam respeitados os critérios de social e técnica para se abrir escolas. Assinalou que, a partir de 2000, foram criadas 55 faculdades, quase todas privadas.

De acordo com o diretor da AMB, que é paranaense, as preocupações em relação ao excesso de escolas médicas são relacionadas com a capacidade instalada, o número de médicos que se formam a cada ano e a qualidade da formação dos estudantes. Lembrou a realização de cinco fóruns promovidos em capitais brasileiras, que resultaram na publicação “Abertura de escolas médicas no Brasil – relatório de um cenário sombrio”, com a segunda edição revista e atualizada em 2005. Para ele, as entidades médicas devem atuar para impedir a abertura, já que o processo de fechamento dos cursos é difícil, gera comoção social e prejudica os estudantes matriculados. “Ante a resistência do Governo Federal em coibir a abertura de faculdades de Medicina, as entidades devem cobrar para que as exigências constantes nos Mecanismos de Avaliação do Ensino Superior, do MEC, sejam cumpridas. Dessa forma poderemos ter a garantia de uma qualidade mínima na formação do médico”, afirmou.

Ex-presidente da AMB e coordenador do site “Escolas



Médicas”, o Prof. Antônio Celso Nunes Nassif tem sido incansável crítico do descaso do Poder Público quanto à grave questão. Ele acaba de emitir uma “carta aberta” ao ministro da Educação, Fernando Haddad, onde ressalta que “assistimos com justificada preocupação essa avalanche de novos cursos de medicina, em sua grande maioria sem a comprovada necessidade social e a inafastável garantia de qualidade”. Fazendo um histórico do problema, ele conclui: “Causa-nos indignação e revolta ver que esse quadro, passados quase vinte anos, em nada se alterou no fundamental. O achincalhe com que tratam a classe médica brasileira é repulsivo. Essa vergonhosa e inconseqüente política adotada pelo MEC levou o Brasil, hoje com 154 escolas médicas, ao topo do ranking mundial, deixando para trás a China, a Índia e os EUA. Lamentável!”.

## Desgaste

Pesquisa recém-realizada pela Universidade de Brasília (UnB) em cinco hospitais públicos de Brasília aponta que 56,6% dos 303 médicos ouvidos têm problemas para dormir, com reflexo em sua saúde e desempenho da função. Um terço do total sofre alterações graves. As doenças mais relatadas foram insônia, apnéia e distúrbios neurológicos, como mexer as pernas de forma involuntária. Responsável pela pesquisa, a psiquiatra Ana Paula Megale Hecksher diz que além de reduzir a qualidade de vida, a falta de sono deixa o profissional mais propenso a cometer falhas em diagnósticos, tratamentos e procedimentos cirúrgicos. O excesso de trabalho é uma das principais razões do problema.

# Carta aberta ao ministro

Antonio Celso Nunes Nassif\*

**A**ssistimos com justificada preocupação essa avalanche de novos cursos de medicina, em sua grande maioria, sem a comprovada necessidade social e a inafastável garantia de qualidade.

Em dezembro de 1988 o jornal O Globo, do Rio de Janeiro, como que antevendo o caos dos dias atuais, publicou editorial que vale lembrar alguns de seus tópicos, ainda atualíssimos: “Vive-se no Brasil de hoje um aparente paradoxo na área da saúde: uma população com carências gritantes e um percentual perdulário de médicos por habitante – um profissional para cada grupo de 590 brasileiros, índice duas vezes superior ao recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Fala-se de incúria, ou mesmo de corrupção, na obtenção de uma carteira de habilitação de motorista amador. Cala-se, entretanto, sobre a ausência de habilitação no médico, que é mal muito maior para a sociedade”.

Emas diante continua: “Um favor feito a alguns, como se o dever do Estado em matéria de saúde fosse moeda de troca. Um favor feito a alguns, para que, em favor da coletividade sobre um presente de grego: a distribuição da incompetência, da irresponsabilidade e do descaso pela vida humana. Por esses favores, é que nos estão saindo médicos fabricados no afogadilho de fins de semana; médicos sem a

residência médica em faculdades sem hospitais; médicos - o que é sumamente grave - a quem se confere um diploma pela simples contribuição dada à receita das respectivas ‘faculdades’ que, a despeito dos notórios altos custos da formação em Medicina, apresentam-se como superavitárias”.

O editorial termina enfatizando: “O que falta, portanto, é a determinação política para o cumprimento de uma exigência apenas elementar, em matéria de governo: o respeito pelo papel social do médico, a reclamar o máximo de escrúpulo na qualificação; e uma dose mínima de pudor, face a esse desajuste entre faculdades de Medicina em excesso e carências de saúde em constante aumento e deterioração. Um desajuste criminoso, que atende ao inútil e fútil de faculdades abertas por prestígio político, enquanto relega o essencial e, sem força de expressão, vital”.

Coincidentemente, nesse mesmo mês, Saulo Ramos, então Consultor da República, fazia publicar no DOU o Parecer SR-78 do qual também transcrevemos em parte, onde marca a coerência da sua posição: “A educação, direito de todos e dever do Estado, não pode ser transformada, sobretudo nos cursos superiores, em simulacro diplomado. A sociedade deseja médico que saiba medicina, que se tenha preparado cientificamente para cuidar da saúde do povo e que não seja, pela precariedade do ensino improvisado na industrialização

de diplomas, uma ameaça à vida do paciente; assim como o advogado malformado é a ameaça ao patrimônio e à liberdade individual; e o engenheiro, sem curso sério, é candidato a construir obras que desabarão.

E finalizou dizendo: “Não se pode permitir, isto sim, o desabamento da estrutura do ensino brasileiro, com a instalação de cursos de medicina sem mínimos recursos, sem hospital na região, sem corpo docente, sem bisturi. O dever do estado é ministrar a educação e, no curso superior, assegurar o conhecimento científico que irá, efetivamente, beneficiar a comunidade. O simples diploma não cumpre esta finalidade, antes, seria um estelionato contra a sociedade e uma grave lesão à teologia constitucional”.

Ministro, esse apanhado de trechos dá uma idéia de quanto se falou sobre a crise no ensino médico. Causa-nos indignação e revolta ver que esse quadro, passados quase vinte anos, em nada se alterou no fundamental. O achincalhe com que tratam a classe médica brasileira é repulso. Essa vergonhosa e inconseqüente política adotada pelo MEC levou o Brasil, hoje com 154 escolas médicas, ao topo do ranking mundial, deixando para trás a China, a Índia e os EUA. Lamentável!!!

*Prof. Dr. Antonio Celso Nunes Nassif, Ex-presidente da AMB e coordenador do site [www.escolasmedicas.com.br](http://www.escolasmedicas.com.br)*

## Unimed Curitiba realiza eleições

**A** Unimed Curitiba, a maior entre as 22 cooperativas médicas do Paraná, realiza em 30 de março o pleito – direto e informatizado - que vai eleger a diretoria da Unimed Curitiba para os próximos quatro anos. O prazo para registro de chapas expiraria em 24 de março, mas um mês antes cinco grupo de trabalho já tinham se apresentado para concorrer, mas sem descartar a possibilidade de ocorrer composições. Nos 34 anos de existência da singular, esta se apresenta como a eleição mais concorrida e terá o uso de urnas eletrônicas cedidas pelo TRE para coletar os votos dos 3,6 mil médicos cooperados. A Unimed Curitiba congrega cerca de 380 mil usuários.

Como lhe tem sido característico, o Conselho de Medicina mantém-se “distante e isento” da disputa eleitoral, por se constituir em Tribunal Ético por excelência e com atribuição primordial de proteger a sociedade, “além de se constituir no lúdimo representante de todos os médicos paranaenses que exerçam legalmente a medicina”, co-

mo expressa em nota oficial publicada em fevereiro último nos grandes jornais do Estado. Dentro do espírito democrático que prevalece, conselheiros e colaboradores têm autonomia para atuar no referido pleito, desde que as iniciativas sejam pessoais e dissociadas das prerrogativas que são conferidas ao Conselho.

Grupo de jovens médicos teve a oportunidade de conhecer as propostas dos cinco candidatos à presidência da Unimed Curitiba, num debate realizado na noite de 16 de fevereiro no auditório da Sociedade Paranaense de Pediatria. Foram duas horas e meia de debates. Participaram Rached Traya e Sérgio Ioshii, componentes da atual diretoria e candidatos de situação, e os opositoristas Júlio Lopes, Manoel de Almeida Neto e Paulo Fontinelli. Material de campanha tem sido encaminhado aos médicos cooperados que, assim, podem melhor avaliar as propostas de trabalho dos concorrentes. A diretoria eleita será empossada em outubro. O atual presidente da Unimed Curitiba é Robertson D’Agnoluzzo.

## Federação ganha sede

A Unimed do Paraná – Federação Estadual das Cooperativas Médicas – inaugurou em 17 de fevereiro sua sede própria em Curitiba, amplo imóvel localizado na Rua Antonio Camilo, 283, Tarumã. A solenidade foi bastante concorrida e contou com a presença do Dr. Edmundo Castilho, fundador do Sistema Nacional Unimed. O CRM-PR esteve representado pelo conselheiro Carlos Roberto Goytacaz Rocha. O diretor presidente da Federação, Luiz Carlos Palmquist, recepcionou os convidados e, em seu discurso, destacou a expansão do sistema cooperativo e fez referência à implantação da CBHPM, iniciada no final de 2005. Na ocasião foi anunciada a instalação de Postos de Atendimento nos fóruns das cidades de Londrina, Cascavel e Maringá. Fundada em 1979, a Federação mudou algumas vezes de endereço e estava desde 1993 no Centro Comercial Itália. Contatos com Federação – fone (41) 3219-1500, e-mail [parana@unimedpr.com.br](mailto:parana@unimedpr.com.br).

## Cadastre seu e-mail no CRM-PR

Médicos e empresas de serviços de saúde podem cadastrar o seu e-mail para receber notícias e outras informações úteis ao cotidiano profissional. Faça também a atualização cadastral, informando nome, n.º do CRM, e endereço para correspondência. Envie os dados para [crmpr@crmpr.org.br](mailto:crmpr@crmpr.org.br)

## NOTAS

### Presidente em exercício

O conselheiro Gerson Zafalon Martins é o presidente em exercício do CRM-PR, desde o dia 4 de fevereiro, em decorrência de pedido de afastamento do Dr. Hélcio Bertolozzi Soares. Este, requereu à Diretoria do Conselho a desvinculação do cargo de presidente até o início de abril, para cumprir agenda particular. Os conselheiros Sérgio Ioshii, Lúcia Helena C. dos Santos, Fernando Meyer, Luiz Sallim Emed e Wanderley Silva também solicitaram afastamento temporário das atividades.

### Defesa profissional

O Conselho de Medicina e a Associação Médica do Paraná realizaram em São José dos Pinhais, no dia 17 de janeiro, a I Jornada Médica Multidisciplinar Descentralizada. Os trabalhos tiveram lugar no auditório Associação Comercial de São José. Representando o Conselho, Hélcio Bertolozzi Soares proferiu palestra sobre o tema "Defesa profissional". No dia seguinte, na sede do CRM, o presidente reuniu-se com o Dr. Marion Budant de Araújo, diretor do Departamento de Saúde Comunitária da Secretaria de Saúde de São José, para debater a criação do Serviço de Identificação de Óbitos naquele município.

### Formatura de residentes

A solenidade de formatura dos médicos residentes da Santa Casa de Curitiba e do Hospital Universitário Cajuru ocorreu na noite de 20 de janeiro no auditório do CRM-PR. O conselheiro Hélcio Bertolozzi Soares fez a abertura do evento. Bertolozzi Soares também participou da formatura dos residentes e especializando do Hospital Erasto Gaertner, dia 27 de janeiro, na AMP, e do encerramento dos Programas de Residência Médica de 2006 do HC e UFPR, em 26 de janeiro, no auditório do Setor de Ciências da Saúde.

### Câmara Técnica de Medicina Legal

A Câmara Técnica de Medicina Legal apresentou ao plenário do CFM, no início de fevereiro, um relatório completo sobre a situação da Medicina Legal no País, destacando as más condições de trabalho do profissional e a necessidade de em-

penho das entidades médicas para equacionar o problema. O presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Legal e também membro da Câmara, Luiz Carlos Cavalcante Galvão, fez um histórico da especialidade e citou os problemas enfrentados, como a questão do aparelho formador, a visão policialesca da Medicina Legal, a subordinação inadequada e a ausência de cursos na área. "Além de melhores condições de trabalho, os médicos precisam também de um maior preparo e para isso precisamos fortalecer a disciplina nas faculdades de Medicina", afirmou. A reunião teve a participação de Carlos Ehlke Braga Filho, conselheiro do CRM-PR.

### Paranaenses do Conselho de Saúde

Os médicos Zilda Arns Neumann e José Francisco Schiavon são os únicos paranaenses entre os 40 integrantes do Conselho Nacional de Saúde. A pediatra, representante da Pastoral da Criança e da CNBB, já compunha o colegiado, que é responsável pela fixação de estratégias e controle de execução das políticas de saúde do País. Em fevereiro, na primeira reunião ordinária do CNS em 2006, o trauma-ortopedista José Francisco Schiavon foi empossado na função de conselheiro titular como representante das entidades nacionais de prestadores de serviços de saúde. José Schiavon, ex-conselheiro do CRM-PR, é presidente da Federação dos Hospitais do Paraná e vice da Confederação Nacional de Saúde. Também integra os Conselhos Estadual e Municipal (Curitiba) de Saúde.

### Entidades médicas

As entidades médicas estão representadas pelo CFM e AMB com os membros revezando-se anualmente na função de conselheiro titular. Atualmente o titular é José Luiz Gomes do Amaral, presidente da AMB. Edson de Oliveira Andrade, do CFM é o suplente na atual gestão. No Conselho Estadual de Saúde, o Conselho Regional de Medicina do Paraná está representado pelo conselheiro Luiz Sallim Emed. Em 25 de janeiro ele participou, em Curitiba, da sessão solene de posse dos conselheiros eleitos na 7.ª Conferência Estadual de Saúde para a gestão 2006/7.

### Mortalidade Infantil

Curitiba registrou em 2005 um dos menores índices de mortalidade materna e infantil de sua história. Conforme a Secretaria Municipal de Saúde, foram registradas sete mortes de parturientes, em meio a 24 mil partos realizados. No mesmo período, o patamar de morta-

lidade infantil ficou em 12,08 por mil nascidos vivos, contra 14,73 em 2004. Os resultados são reflexos do programa Mãe Curitibana, hoje referência no País. Apesar do importante decréscimo nos indicadores da mortalidade infantil, o resultado ficou abaixo do que era pretendido para 2005. Em 2001, ao lançar o programa Pacto pela Vida, a Prefeitura de Curitiba alinhou-se às várias instituições médicas e hospitalares de Curitiba – incluindo o CRM-PR – com a meta de chegar ao final de 2005 com coeficiente de apenas um dígito (abaixo de 10 mortes por mil nascimentos, compatível a países do Primeiro Mundo). O desafio fica, agora, para ser alcançado em 2006.

### Mortalidade II

No dia 24 de janeiro, os conselheiros Maurício Marcondes Ribas, Raquela Rotta Burkiewicz e Wilmar Mendonça Guimarães participaram do "Seminário de Diminuição da Mortalidade Materna e Infantil – Troca de Experiências da Universidade de Michigan, Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, UFPR e Sogipa". O encontro ocorreu na sede da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia.

### Site da Associação dos Residentes

A Associação Nacional de Médicos Residentes está divulgando sua nova página na internet: [www.anmr.com.br](http://www.anmr.com.br). Reúne informações sobre a atuação da entidade, o estatuto da ANMR, notícias das regionais, as leis e resoluções da residência médica e links úteis. Outra seção de destaque é o histórico da entidade, fundada em 1967 e que hoje representa os interesses de 13 mil médicos residentes em todo o País. O atual presidente da Associação é Diogo Leite Sampaio, eleito para a gestão 2005/6.

### Hospitalar 2006

Será realizada de 20 a 23 de junho próximo, a Hospitalar 2006 – 13.ª Feira Internacional de Produtos, Equipamentos, Serviços e Tecnologia para Hospitais, Laboratórios, Clínicas e Consultórios, no Expo Center Norte, em São Paulo. É a mais importante feira do setor de saúde da América do Sul e segunda do mundo. Deve reunir cerca de mil empresas expositoras e ainda contará com uma série de atividades tecno-científicas. Serão cerca de 40 eventos simultâneos, incluindo o 11.º Congresso Latino-Americano de Serviços de Saúde e a 9.ª Jornada de Gestão em Laboratórios Clínicos.

### Gravata e a infecção

Médicos devem parar de usar gravatas e os tradicionais aventuais brancos, pois

as vestimentas podem ser responsáveis pela disseminação de bactérias super-resistentes e mortais. Esta é a recomendação da Associação Médica Britânica (BMA), que representa três quartos dos médicos britânicos, após destacar em relatório que as gravatas e os aventuais não trazem nenhum benefício para o tratamento dos pacientes e que, como são lavados com pouca frequência, podem ser um reduto para os microorganismos. O alerta da associação diz que lavar as mãos adequadamente é ação mais importante que uma equipe médica deve implementar para impedir a disseminação de infecções hospitalares.

### Centenário de Rozala Garzuze

Rozala Garzuze comemorou em 2 de fevereiro o seu centenário de nascimento. Nascido no Líbano e brasileiro naturalizado, tem um currículo impressionante. Além de formado em medicina, é professor, conferencista e escritor com inúmeros trabalhos publicados. Continua lúcido e ativo em suas atividades socioculturais no Instituto Neo-Pitagórico, cuja sede mundial é o Templo das Musas, fundado por Dario Velloso, figura ímpar da cultura paranaense, sogro e mestre do professor.

### Código 7

O CRM-PR participa como entidade apoiadora na ação impetrada pela Federação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde no Paraná (Fehospar) contra os atos da Secretaria Estadual e Municipal (Curitiba) de Saúde, que determinaram a substituição do Código 7 pelo 45 no faturamento das contas hospitalares. A medida decretou mais um ônus tributário aos médicos autônomos e que corrói o já defasado valor remuneratório repassado pelo SUS. A Federação das Misericórdias do Paraná (Femipa) também apóia a medida judicial. Embora o problema esteja ocorrendo hoje somente no Paraná, o Ministério da Saúde já demonstrou a intenção de extinguir o Código 7 até o final do ano em todo país.

### Encontro Sul-Sudeste

O XIX Encontro dos Conselhos de Medicina das Regiões Sul-Sudeste será realizado em Florianópolis, de 23 a 25 de março. Conselheiros do Paraná participam dos trabalhos como expositores. Gerson Zafalon Martins, presidente em exercício do CRM-PR, vai falar sobre as ações do CFM para formação médica e educação continuada. Luiz Sallim Emed abordará PSF.

### Londrina

O diretor em exercício da Regional de Londrina, Álvaro Luiz de Oliveira, proferiu palestra em 1.º de fevereiro na Associação Médica de Londrina. Ética médica foi o tema em destaque. A fala foi acompanhada pelos novos residentes, médicos, fisioterapeutas e enfermeiros do Hospital Universitário de Londrina. No dia 22 de fevereiro, o diretor também coordenou reunião ordinária na Delegacia para tratar de temas como a inclusão de novos delegados e analisar denúncias recebidas este ano.

### Maringá

O conselheiro Kemel Jorge Chammas participou, em Maringá, de reunião com a Promotoria e entidades religiosas, em 4 de janeiro. Em pauta, assuntos relevantes à saúde. O encontro ocorreu na Cúria Diocesana. No dia 6, o conselheiro representou o CRM na solenidade de posse do novo secretário de Saúde de Maringá, Antonio Carlos Nardi, e depois, no dia 11, prestigiou a posse do novo titular da Subdivisão Policial da cidade, Antonio Brandão Neto, no auditório da Prefeitura.

### Acreditação de laboratório

A Sociedade Brasileira de Patologia Clínica/Medicina Laboratorial está divulgando entre médicos de diferentes especialidades o seu Programa de Acreditação de Laboratórios Clínicos (PALC). A programação inclui um folheto promocional e campanhas em eventos médicos. Criado em 1998, o PALC tem mais de 70 laboratórios acreditados e mais de 100 inscritos ou preparando-se para a auditoria de acreditação.

### Isenção para cooperativas

A Fazenda Nacional não poderá cobrar de cooperativas o PIS/Pasep nem a Cofins, conforme entendimento é da Primeira Turma do STJ, que, em decisão unânime, determinou em recurso especial a impugnação do acórdão do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região e a sua reformulação. O recurso especial foi impetrado pela Unimed Três Pontas – Cooperativa de Trabalho Médico Ltda., amparada pela Constituição Federal. A cooperativa alega, além de divergência jurisprudencial, violação de artigos da Lei nº 5.764/71, que define a política nacional de cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas. Segundo essa lei, o ato cooperativo não implica operação de mercado nem contrato de compra e venda de produto ou mercadoria, porque não há intenção de lucro.

# agenda 2006

## •Março

31 de março a 1.º de abril

### XVI Jornada Paranaense de Geriatria e Gerontologia

Local: na Associação Médica do Paraná em Curitiba (PR)

Promoção: Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia - Seção Paraná

Inf.: (41) 3029-0987 ou ([www.sbggpr.org.br/eventos](http://www.sbggpr.org.br/eventos)).

## •Abril

5 a 8

### 1.º Congresso Pan-Amazônico de Urgência e Emerg. em Pediatria

Local: Tropical Hotel, em Manaus (AM)

Inf.: (92) 622-3377 ou ([orcalplanet@orcalplanet.com.br](mailto:orcalplanet@orcalplanet.com.br)) ou pelo site: [www.saped.com.br/congresso](http://www.saped.com.br/congresso)

7 e 8

### XI Encontro Pernambucano de Angiologia e de Cirurgia Vascular

Local: Recife (PE)

Inf.: (81) 3423-1300 ou pelo e-mail: [latache@assessor-pe.com.br](mailto:latache@assessor-pe.com.br)

20 a 22

### III CICE - Congresso Internacional de Cirurgia Endovascular

Local: São Paulo (SP)

Inf.: (11) 3262-1158

20 a 22

### IX Congresso Sul-Brasileiro de Cardiologia

### XXXIV Congresso Paranaense de Cardiologia

### III Simpósio Sul-Brasileiro de Cardiogeriatría

Local: Londrina (PR)

Inf.: (41) 3022-1247 e (43) 3341-1055 ou pelo e-mail

([ekipe@ekipedeeventos.com.br](mailto:ekipe@ekipedeeventos.com.br)) ou site ([www.cardiolpr.com.br](http://www.cardiolpr.com.br))

## •Maio

4 a 6

### XII Encontro de Conselhos de Medicina das Regiões Norte e Centro-Oeste

Local: Cuiabá (MT)

Inf.: (65) 3644-1094 ou ([crmmt@terra.com.br](mailto:crmmt@terra.com.br)).

17 a 20

### Congresso Brasileiro de Reumatologia Pediátrica

Local: Belo Horizonte (MG)

Inf.: [www.cbreumatoped2006.sbp.com.br](http://www.cbreumatoped2006.sbp.com.br)

19 a 21

### XX Encontro de Angiologia e de Cirurgia Vascular do Rio

Local: Rio de Janeiro (RJ)

Inf.: (21) 2240-4880 ou pelo e-mail: [secretaria@sbacvrj.com.br](mailto:secretaria@sbacvrj.com.br)

19 a 21

### IV Conferência Internacional de Onco-Hematologia da Abrale

(Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia)

Local: Embu (SP)

Inf.: (11) 3149-5190 ou ([www.abrale.org.br](http://www.abrale.org.br)) ou por e-mail:

[raphael@abrale.org.br](mailto:raphael@abrale.org.br)

24 a 27

### II Congresso Brasileiro de Nutrição e Câncer

Local: Centro de Convenções Rebouças em São Paulo (SP)

Inf.: [ganepao@ganep.com.br](mailto:ganepao@ganep.com.br)

25 e 26

### Simpósio Internacional sobre "Reuso de Produtos de Uso Único na Área de Saúde: um verdadeiro dilema!"

Local: Brasília (DF)

Inf.: (61) 3325-4664 ou ([www.centralit.com.br/sirpas](http://www.centralit.com.br/sirpas)).

25 a 27

### VIII Congresso Paranaense de Clínica Médica

### V Congresso Paranaense de Medicina de Urgência

Local: Associação Médica do Paraná em Curitiba (PR)

Inf.: (41) 3343-1451 e 3335-9912 ou ([prime@sbcmpr.com.br](mailto:prime@sbcmpr.com.br)).

## Empresas devem regularizar sua situação junto ao CRM-PR

**E**mpresas ativas e inscritas no Conselho Regional de Medicina do Paraná que não fizeram o recadastramento até 2004 devem regularizar sua situação até dia 30 de março próximo. Todas as empresas também devem fazer a Renovação do Certificado de Inscrição de Empresa – CIE – no mesmo prazo. Para a renovação, basta preencher o requerimento, estar com as anuidades da empresa e dos diretores clínico e técnico quitadas e enviar a documentação para o

Departamento de Inscrição de Pessoas Jurídica (DIPJ) do Conselho. Caso não o façam, terão seu registro automaticamente cancelado e o Diretor Técnico poderá responder administrativamente pelo ilícito cometido. O alerta está sendo feito pelo CRM-PR.

Caso a empresa esteja com suas atividades encerradas ou inativa, verificar as formas de proceder a baixa do registro junto ao Conselho pelo site [www.crmpr.org.br](http://www.crmpr.org.br) (Documentação – Registro de Empresas – Cancelamento ou Inatividade), para evitar transtornos administrativos



**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ**

**EDITAL**

**CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL  
PENNA DISCIPLINAR APLICADA AO MÉDICO JULIO  
CESAR FERRAZ – CRMPR 10497**

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei 3268/57, regulamentada pelo Decreto 44.045/58, consoante ACÓRDÃO exarado pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná, e referendado pelo Conselho Federal de Medicina, nos autos do Processo Ético Profissional n.º 028/00, vem tornar pública a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", nos termos da letra "C", do artigo 22, da Lei 3268/57, ao médico **JULIO CESAR FERRAZ – CRMPR 10497**, por infração aos artigos 29, 57 e 62 do Código de Ética Médica.

Curitiba, 03 de março de 2006.

CONS. GERSON ZAFALON MARTINS  
Presidente em Exercício



**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ**

**EDITAL**

**CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL  
PENNA DISCIPLINAR APLICADA AO MÉDICO PAULO  
CARLOS SOLHEID FILHO – CRMPR 1538**

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei 3268/57, regulamentada pelo Decreto 44.045/58, consoante ACÓRDÃO exarado pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná, de 06 de outubro de 2005, contido nos autos do Processo Ético Profissional n.º 058/00, vem executar a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", nos termos da letra "C", do artigo 22, da Lei 3268/57, ao médico **PAULO CARLOS SOLHEID FILHO – CRMPR 1538**, por infração ao artigo 57 do Código de Ética Médica.

Curitiba, 03 de março de 2006.

CONS. GERSON ZAFALON MARTINS  
Presidente em Exercício

## Reutilização de produtos médicos

A Anvisa publicou, na segunda quinzena de fevereiro, a Resolução RDC nº 30/2006, que regula o uso e restringe a reutilização de produtos médicos no país, prática largamente encontrada nos serviços de saúde do Brasil e do exterior. A reutilização de produtos médicos só pode ser feita em condições que garantam a segurança dos pacientes e dos profissionais envolvidos. As empresas de reprocessamento, que normalmente são contratadas pelos serviços de saúde, para realização de parte do reprocessamento, precisam estar licenciadas pela autoridade sanitária e atender à nova resolução. Junto com a RDC foi editada a Resolução RE nº 515/2006, contendo uma lista com produtos médicos cujo reprocessamento foi considerado de risco, seja pela impossibilidade de garantir a qualidade da esterilização, seja pela possível perda de sua funcionalidade. Estes produtos, por suas características de projeto ou materiais utilizados em sua confecção, estão proibidos de ser reutilizados. Entre os 78 itens da lista estão agulhas, bolsas de sangue e luvas cirúrgicas. Confira a íntegra das normas no site do Conselho ou da Anvisa ([www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br)).

# Ações judiciais cobram do Estado recursos não investidos em saúde

O Ministério Público Estadual propôs nova Ação Civil Pública contra o Estado do Paraná em decorrência da constatação de subfinanciamento a serviços e ações de saúde no orçamento fiscal de 2004. A ACP está amparada em auditoria realizada pelo Ministério da Saúde, que constatou que o Estado somente aplicou 5,44% dos recursos próprios, contrariando o mínimo de 12% previsto na Emenda Constitucional 29. A diferença que está sendo questionada na 3.ª Vara da Fazenda Pública, em Curitiba, é da ordem de R\$ 508.748.219,29.

Das outras duas ações semelhantes, a primeira refere-se aos exercícios de 2000 (segundo semestre), 2001 e 2002, num montante superior a R\$ 676 milhões, e a segunda de 2003, alcançando mais R\$ 198,365 milhões. De acordo com o MP, o total acumulado nos pedidos das Ações Públicas atingem R\$ 1,383 bilhão, sem correção, recursos que seriam

capazes de melhorar significativamente os indicadores de Saúde no Paraná, o que inclui a possibilidade de melhor remuneração aos prestadores de serviços. Um dos problemas reside na destinação de recursos para ações não reconhecidas como de saúde, como saneamento básico, preservação ambiental e assistência diferenciada do funcionalismo, que teriam de ter outras fontes de financiamento.

O Conselho de Medicina do Paraná tem se posicionado solidário às ações, por entender que o fiel cumprimento das normas constitucionais resultará em benefícios efetivos à sociedade. Deste modo, vem gerenciando entre os representantes políticos para que seja apressada a regulamentação da EC 29, que tramita no Congresso. Este é o caminho para aclarar o real destino a ser dado aos recursos, evitando que orçamentos sejam mascarados em prejuízo à população, o que vem se registrando na maioria dos

Estados. A Secretaria Estadual de Saúde tem argumentado que dobrou seus investimentos em saúde, entre 2003 e 2005, passando de R\$ 253,2 milhões para R\$ 525 milhões.

Em 24 de fevereiro último, a Presidência do CRM-PR recebeu ofício do Procurador de Justiça Marco Antônio Teixeira, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção à Saúde, esclarecendo aspectos da ACP. Em sua manifestação, o procurador assinala que “o Conselho de Medicina do Paraná, para além da defesa das prerrogativas profissionais de seus ilustres membros, tem sido firme sustentáculo na defesa de acesso da população e do cidadão - singularmente considerado - ao sistema público de saúde com qualidade e recursos compatíveis. A sociedade também nele está espelhada e é nessa ótica, de contribuir para o exercício civil da cidadania, que levo à sua consideração e de seus dignos pares, tais registros”.

## Contratação de serviços privados

A Portaria MS/GM n.º 358, publicada no DOU de 23 de fevereiro último, institui diretrizes para contratação de serviços assistenciais no âmbito do Sistema Único de Saúde. A norma estabelece que o gestor poderá complementar a oferta com serviços privados de assistência à saúde, quando utilizada toda a capacidade instalada dos serviços públicos de saúde e comprovada e justificada a necessidade por meio de Plano Operativo da rede própria. A complementação de serviços deverá considerar a regionalização, a pactuação, a programação e os parâmetros de cobertura assistencial conforme legislação vigente. A participação complementar no SUS dos serviços privados de assistência à saúde será formalizada mediante contrato ou convênio celebrado com o município e/ou o Estado, observadas as normas para licitações e contratos da Administração Pública e o disposto na Portaria, que

fixa prazo de um ano para a sua aplicação. O Manual de Orientações para Contratação de Serviços de Saúde no SUS está disponível no [www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br). A proposta visa regulamentar a falta de contratualização nos serviços do SUS e prevê até mesmo que a remuneração, fixada nos parâmetros das tabelas do Ministério da Saúde, seja suplementada por Estados ou municípios.

## Pacto pela Saúde 2006

A Portaria do Ministério da Saúde (MS/GM) n.º 399, publicada no DOU de 23 de fevereiro de 2006, divulga o “Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS” e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. O SUS tem uma rede de mais de 63 mil unidades ambulatoriais e de cerca de 6 mil unidades hospitalares, com mais de 440 mil leitos. Sua produção anual é aproximadamente de 12 milhões de internações hospitalares; 1 bilhão de procedimentos de atenção primária à saúde; 150 milhões de consultas médicas;

2 milhões de partos; 300 milhões de exames laboratoriais; 132 milhões de atendimentos de alta complexidade e 14 mil transplantes de órgãos, o que coloca o País em segundo lugar no mundo.

## Serviços de radioterapia

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou, no DOU de 6 de fevereiro, a primeira legislação sanitária de âmbito nacional para garantir o controle de serviços de radioterapia e assegurar a qualidade do atendimento prestado aos pacientes. A resolução RDC n.º 20, apresenta avanços ao determinar, por exemplo, uma equipe mínima de profissionais e os equipamentos necessários ao funcionamento do serviço. A equipe de trabalho deve ser composta por um supervisor de proteção radiológica, médicos radioterapeutas, especialistas em física médica e técnica em radioterapia, de acordo com o número de pacientes novos tratados por ano.

## Em debate o financiamento do SUS



A Associação Médica do Paraná promoveu em sua sede de Curitiba, na noite de 30 de janeiro, debate (foto) sobre o tema “Verbas públicas para investimentos em saúde”. Os convidados palestrantes foram os deputados federais Gustavo Fruet (PR, advogado) e Darcísio Perondi (RS, médico) e o secretário Estadual de Saúde do Paraná, médico Cláudio Murilo Xavier. O encontro teve como objetivo ampliar a discussão com a classe médica e as entidades ligadas à saúde pública no que se refere ao cumprimento das normas constitucionais. O desvio de recursos da saúde para ações como saneamento básico, meio ambiente e programas sociais foi apontado pelos deputados como o problema mais grave no setor, daí a expectativa pela regulamentação da EC 29, cujo projeto está no Congresso.

De acordo com dados apresentados no debate, a previsão orçamentária do governo federal para saúde, este ano, é de R\$ 43,6 bilhões, sendo R\$ 17,7 bilhões à atenção hospitalar. Os valores estão longe de possibilitar a

melhora da remuneração e as condições de trabalho para os prestadores de serviços, públicos ou privados, com óbvio reflexo no acesso cada vez mais restrito aos serviços pela população. Um dos reflexos deste quadro é o crescimento de denúncias contra médicos, sobretudo em casos de omissão de socorro e atendimento precário. Dos processos instaurados pelos Conselhos de Medicina, cerca de 70% são contra profissionais da rede pública.

Representado no debate pelos conselheiros Hélcio Bertolozzi Soares, Gerson Zafalon Martins, Luiz Sallim Emed e Donizetti Giamberardino Filho, o CRM-PR ratificou a sua posição de que as três esferas de governo devem cumprir a Constituição, no que se refere aos investimentos em saúde, e que os direitos da sociedade devem ser preservados, tal qual a dos prestadores de serviços, incluindo os médicos. Os conselheiros também se manifestaram solidários à mobilização que visa cobrar dos parlamentares e lideranças políticas agilidade na votação da lei complementar, que irá definir onde devem ser aplicados os recursos à saúde.

# Conselho presta contas das atividades do exercício de 2005

O Conselho Regional de Medicina do Paraná realizou, na noite de 20 de fevereiro, a Assembléia Geral para apreciação do Relatório de Atividades e das Contas da Diretoria referentes ao exercício de 2005. A documentação apresentada teve parecer da Comissão de Tomada de Contas, com aprovação da Diretoria. A reunião, aberta aos médicos inscritos no CRM, ocorreu na Plenária Dr. Wadir Rúpollo e teve a participação dos conselheiros sob a presidência de Gerson Zafalon Martins.

De acordo com o relatório apresentado pelo tesoureiro Carlos Roberto Goytacaz Rocha, o Conselho realizou, no decorrer do exercício passado, 45 reuniões de Diretoria, mais 60 Plenárias, incluindo cinco extraordinárias, três temáticas e mais cinco por videoconferência. Ainda foram realizados mais de 40 julgamentos, 352 audiências em procedimentos jurídicos (sindicâncias e processos), 10 sessões solenes de entrega de carteiras e mais uma assembléia geral. O Conselho esteve representado ou promoveu no período 548 atividades diversas, incluindo as de ordem administrativa, técnica e científica. Além disso, conselheiros tiveram participações efetivas em 17 comissões internas e externas voltadas ao exercício ético da medicina e promoção da saúde.

Em 2005 o Conselho de Medicina do Paraná participou de forma efetiva dos grandes movimentos médicos, com destaque para a implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, a defesa do ensino médico de qualidade, a busca pela regulamentação de

competências médicas (Ato Médico), plano de carreira médica na esfera pública, recertificação de especialidades e dignificação profissional. No âmbito do Estado, além de estar atento aos temas políticos de relevância, o CRM-PR também direcionou forças às atividades administrativas e de educação continuada.

Santo Antônio da Platina e Paranaíba ganharam Delegacias Regionais do Conselho, em iniciativa voltada a melhor atender aos médicos do Norte Pioneiro e do Noroeste, o que inclui ações para atualização profissional. Na solenidade de abertura de cada uma das Regionais, o Conselho realizou cursos de atualização em urgência e emergência. Ainda como parte de seu programa de educação continuada, o Conselho promoveu em 2005 mais oito edições de telepatologia por videoconferência, convênio com a USP que permitiu transmissões para Curitiba e para Maringá. Também foram realizadas atividades de Bioética, através da Câmara Técnica, destacando-se o VI Congresso Brasileiro de Bioética, que ocorreu em Foz do Iguaçu, no final de agosto e início de setembro, quando o conselheiro José Eduardo de Siqueira foi empossado presidente da Sociedade Brasileira de Bioética.

A tradicional cerimônia de entrega do Diploma de Mérito Ético-Profissional, como parte dos festejos do Dia do Médico, foi uma das atividades mais concorridas registradas no ano passado na Sede do Conselho. O evento ocorreu em 18 de outubro, quando 28 médicos foram homenageados pelo Jubileu de Ouro e como

exemplos à profissão. Na mesma cerimônia ocorreu a premiação da 16.ª edição do concurso de monografia do Conselho. O Prêmio de 2005 teve como tema "A ética na relação entre medicina e os meios de comunicação". O vencedor foi o médico e advogado Eduardo Murilo Novak, de Curitiba, sendo premiada em segundo lugar a monografia de autoria da relações públicas e estudante de Direito Maristela Tomás dos Santos, de Aracaju (SE).

No processo informativo aos médicos, o CRM aprimorou o seu site em 2005 e também fez circular várias publicações. A Revista Arquivos teve quatro edições, o Jornal do CRM mais cinco e o encarte científico-cultural Látrico teve mais três. Como parte da ampliação de suas atividades culturais, o Conselho ainda realizou quatro exposições em seu Espaço Cultural.

O relatório de atividades do Conselho foi elaborado pela funcionária Gilda Soares de Lima Infante, contando com a revisão do conselheiro-secretário Donizetti Giamberardino Filho.

## Julgamentos realizados

No decorrer de 2005, o Conselho de Medicina do Paraná recebeu 490 denúncias de diversas naturezas. No período, instaurou 500 sindicâncias, algumas com origem em denúncias do exercício anterior. No total, foram gerados 159 processos ético-profissionais. Foram realizadas 352 audiências e 42 julgamentos, envolvendo 76 médicos, dos quais 43 foram absolvidos e 33 condenados (43% do total).

Das condenações, seis foram pela alínea "A" do Código de Ética (advertência confidencial,



Solenidade em Paranaíba, que ganhou a sua Regional em 2005.



A Delegacia de Santo Antônio da Platina foi a segunda inaugurada.

em aviso reservado), sete pela "B" (censura confidencial, em aviso reservado), 16 pela "C" (censura pública em publicação oficial), uma pela "D" (suspensão do exercício profissional até 30 dias) e três pela "E" (cassação do exercício profissional). Observe-se nestes casos coube recurso, direito exercido pelos médicos envolvidos em processos de cassação.

O volume de atividades em 2005 foi superior ao de 2004, quando o Conselho recebeu 320 denúncias e instaurou 340 sindicâncias, dando origem a 92 processos éticos. Ainda naquele exercício o CRM realizou 442 audiências e 75 julgamentos, que resultaram na condenação de 55,7% dos médicos envolvidos (9% pela alínea "A", 26% pela "B", 44% pela "C", 15% pela "D" e 6% pela "E". Em 2003, o Con-

selho tinha recebido 432 denúncias e contava com 852 sindicâncias em tramitação, a maioria remanescente de exercícios anteriores. Ainda naquele ano foram instaurados 53 processos éticos, realizadas 443 audiências e 65 julgamentos, com condenação de 44% dos médicos (52% pelo alínea "B"). Em 2002 tinham sido 435 as denúncias recebidas, com 79 processos instaurados. Naquele ano foram realizadas 585 audiências e 56 julgamentos, com 50% dos médicos condenados (46% deles incursos na alínea "C"). Em 2001, com 345 sindicâncias e 101 processos ético-profissionais, o CRM realizou 40 julgamentos, com condenação de 21 médicos. Em 2000 tinham sido 370 sindicâncias e 62 processos ético-profissionais, com 52 julgamentos (32 médicos apenados).

# Programa de telepatologia do CRM com oito edições em 2006

O Conselho Regional de Medicina do Paraná definiu o calendário telepatologias para o exercício de 2006, programa de videoconferências que se encaixa em suas atividades de educação continuada e de melhor formação para acadêmicos. As discussões anátomo-clínicas *online*, a partir de transmissão de autópsia realizada na Faculdade de Medicina da USP, poderão ser acompanhadas mensalmente em Curitiba e em Maringá por estudantes, residentes, médicos e professores, sem qualquer ônus. Para as demais regiões do Estado, há a possibilidade de as videoconferências serem acompanhadas pela internet, desde que haja viabilidade técnica e o devido cadastramento de senha. A recepção pode ser possível em um ponto em cada cidade, com o que os médicos interessados devem contatar a Regional de sua área de atuação.

As telepatologias serão realizadas sempre na última terça-

feira de cada mês, excetuando-se julho e dezembro face à interrupção das atividades acadêmicas. A primeira ocorrerá em 28 de março, a partir das 9h, e será transmitida para o auditório da Santa Casa de Misericórdia, em Curitiba, e à sede da Delegacia Regional do Conselho de Medicina de Maringá. As demais transmissões estão previstas para 25 de abril, 30 de maio, 27 de junho, 29 de agosto, 26 de setembro, 31 de outubro e 28 de novembro.

## Programa pioneiro no País

O programa de telepatologias, por meio de videoconferências, é resultado de uma parceria pioneira entre a Faculdade de Medicina da USP e o Conselho de Medicina do Paraná, que foi iniciada há quatro anos. No decorrer de 2005 foram realizadas oito edições, a última delas no dia 29 de novembro e que teve recepção na Santa Casa de Curitiba e na Delegacia Regional de Maringá. Na capital, cerca de 80 pessoas acompanharam a

transmissão, entre residentes, estudantes e professores das faculdades de medicina da UFPR e PUCPR, além de um grupo de enfermeiras convidadas. Em Maringá, foram 40 os participantes, entre professores e estudantes. Também estudantes da Faculdade de Marília acompanharam a discussão anátomo-clínica no próprio Departamento de Telemedicina da USP, onde as autópsias são realizadas sob a coordenação do Prof. Dr. Paulo Hilário Nascimento Saldiva.

No decorrer de 2005 foi iniciada a experiência do uso de recurso de Internet banda-larga, com recepção do sinal pelo site da USP ([www.usp.br](http://www.usp.br)), que contribuiu para o acesso mais amplo



As videoconferências têm sido importante instrumento de educação.

tanto no Paraná quanto fora dele, já que as videoconferências têm sido estendidas para o Amazonas, Pará e escolas médicas do interior de São Paulo. Para 2006, há a expectativa de que a rede possa

ser ampliada, em benefício de escolas e entidades médicas e hospitalares. Para saber mais sobre o programa, contate o CRM-PR pelo fone (41) 3240-4022 ou envie e-mail para [jornal@crmpr.org.br](mailto:jornal@crmpr.org.br).

## Audiência com o ministro

Uma pausa nas atividades do I Encontro Nacional dos Conselhos de Medicina, representantes das entidades médicas tiveram audiência, na tarde de 9 de março, com o ministro da Saúde, Saraiva Felipe, e com o secretário de assistência à saúde do Ministério, José Gomes Temporão. O presidente do CFM, Edson de Oliveira Andrade, os diretores Roberto Luiz d'Ávila e Alceu Pimentel e o presidente

da AMB, José Luiz Gomes do Amaral, abordaram questões de relevância como o Programa de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), a 3.ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, aborto e práticas terapêuticas complementares no Sistema Único de Saúde. Também questionaram a criação de casas de assistência psiquiátrica sem a presença de médicos, fato registrado em Belo Horizonte.

## Classificação: estudo ajuda a definir índice de correção

As entidades médicas nacionais solicitaram à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) um estudo para definir o índice de correção a ser aplicado aos valores da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, com o objetivo de tentar repor as perdas financeiras de agosto de 2003 até agora. Tão logo o trabalho seja concluído, será divulgado às Comissões Estaduais de Honorários Médicos para que continuem negociando o reajuste com as operadoras. No Paraná, a Unimed vem negociando com a CEHM a reposição da inflação dos últimos 18 meses. O segmento de autogestão pratica a CBHPM com redutor de 20%, sendo a consulta R\$ 42,00.

### Unimed e seguradoras

O sistema de intercâmbio da Unimed do Brasil está praticando a CBHPM, no limite do rol da ANS, no que diz respeito à codificação, hierarquização e valores, conforme anúncio

oficial feito em dezembro. A exceção é o Estado de São Paulo, que ainda realiza negociações para a inserção no intercâmbio. A Unimed Curitiba paga o valor mínimo da consulta (R\$ 33,60) desde 1.º de novembro e não implantou a CBHPM por enquanto. A Federação das Unimeds do Paraná já havia adotado o rol de procedimentos no mês anterior. As entidades médicas nacionais pretendem retomar as negociações com a Bradesco Saúde sobre a implantação da CBHPM em futuras reuniões com representantes da seguradora.

### Projeto

Em 9 de março último, representantes das entidades reuniram-se com lideranças do governo, em Brasília, buscando superar o impasse criado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) quanto à aprovação do Projeto de Lei 3466/04, que referencia a CBHPM em âmbito nacional. Aprovado em três Comissões da Câmara dos Deputados, o PL tramita em regime de urgência e aguarda a votação do plenário.